



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN
GRADUAÇÃO EM DESIGN

FRANCISCO ALBERTO BESSA FILHO

**DESIGN GRÁFICO COMO ESTRATÉGIA PARA DISCUTIR E
SENSIBILIZAR ACERCA DO CONTEXTO DE JOVENS EM
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE FORTALEZA**

FORTALEZA

2021

FRANCISCO ALBERTO BESSA FILHO

DESIGN GRÁFICO COMO ESTRATÉGIA PARA DISCUTIR E
SENSIBILIZAR ACERCA DO CONTEXTO DE JOVENS EM
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE FORTALEZA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Design do
Departamento de Arquitetura, Urbanismo e
Design da Universidade Federal do Ceará,
como requisito final para obtenção do título
de Bacharel em Design.

Orientadora: Prof^a Dr^a Camila Bezerra
Furtado Barros

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F498d Filho, Francisco Alberto Bessa.
DESIGN GRÁFICO COMO ESTRATÉGIA PARA DISCUTIR E SENSIBILIZAR ACERCA
DO CONTEXTO DE JOVENS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE FORTALEZA /
Francisco Alberto Bessa Filho. – 2021.
95 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro
de Tecnologia, Curso de Design, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Camila Bezerra Furtado Barros.

1. adoção. 2. infância. 3. história de vida. 4. design editorial. 5. ilustração. I. Título.

CDD 658.575

FRANCISCO ALBERTO BESSA FILHO

DESIGN GRÁFICO COMO ESTRATÉGIA PARA DISCUTIR E
SENSIBILIZAR ACERCA DO CONTEXTO DE JOVENS EM
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE FORTALEZA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Design do
Departamento de Arquitetura, Urbanismo e
Design da Universidade Federal do Ceará,
como requisito final para obtenção do título
de Bacharel em Design.

Orientadora: Prof^a Dr^a Camila Bezerra
Furtado Barros

Aprovado em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Camila Bezerra Furtado Barros (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Dr^a Aléxia Carvalho Brasil
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Me. Lia Alcântara Rodrigues
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a Me. Bárbara Castelo Branco Monte (Membro externo)

AGRADECIMENTOS

Obrigado à Universidade Federal do Ceará (UFC), especialmente a quem vive e faz o Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design, por todos os serviços prestados e pela dedicação de todos os envolvidos com o crescimento do curso. Em especial, agradeço à minha orientadora Camila Barros, uma educadora incrível, que me acompanhou desde o início do curso, sempre com olhos gentis e carinhosos. Esse trabalho é nosso.

Agradeço aos professores que marcaram minha trajetória e me ensinaram a importância e o poder do design no mundo e em minha vida. Obrigado Lia, Aléxia, Lilu, Cláudia, Mariana, Roberto, Buggy, Silvia, Emílio, Paulo, Daniel.

Agradeço a Bia, minha namorada, que está sempre por perto, me ouvindo e acreditando muito em mim e em tudo que faço. Obrigado por toda a ajuda e toda a força que a gente compartilha.

Agradeço aos amigos que nunca me deixaram esquecer o quanto eu sou capaz de fazer. Os que estiveram comigo durante esses 4 anos de graduação: Amanda, Adson, Alessandra, Max, Gabriel, Lyly, Marina, Ruan. E os que andam comigo desde a escola: Débora Mesquita, Albertine, Lucas, Deborah Maia.

Agradeço à minha família, especialmente minha Tia Tevete, por estar sempre ao meu lado, acreditando sempre que eu posso ir muito longe em meus voos.

Agradeço também às pessoas com quem trabalho, especialmente à Mariana, Luisa, Rossini, Jéssica, Maurício, Marcos, Aline, Jazi e Sarah!

Obrigado gente!! Sou alguém completamente diferente depois desses 4 anos! Muito obrigado!!

RESUMO

O presente trabalho envolve uma pesquisa de caráter transdisciplinar, a qual relaciona, por meio de uma análise crítica, o contexto de Adoção e Acolhimento Institucional do Brasil e do Ceará com o papel social do Design Gráfico, com foco no livro ilustrado. Para isso, construiu-se uma reflexão histórica sobre as várias maneiras em que as crianças vêm sendo tuteladas pelas instituições brasileiras, acompanhada de uma análise dos dados do Sistema Nacional de Adoção (2020). Em seguida, discute-se sobre as vivências e os afetos presentes nas Instituições de Acolhimento Institucional, com Santos e Boucinha (2011), Arpini (2003) e Marin (1998). Para posteriormente apresentar-se reflexões sobre o papel social e político do Design, a partir de Cardoso (2008), Latour (2014), Moura (2018) e Krippendorff (2000), especificando na atuação do campo gráfico com Miyashiro (2011), Neves (2011) e Bonsiepe (2008), até se chegar no livro ilustrado, em que se discute a relação entre texto e imagem com Linden (2011). Toda a pesquisa baseou-se na metodologia projetual de Munari (2008), adaptada pelo autor de acordo com as etapas projetuais. Desse modo,

Palavras-chave: adoção; infância; história de vida; design editorial; livro ilustrado; ilustração.

ABSTRACT

The present work involves a transdisciplinary research, which relates, through a critical analysis, the context of Institutional Adoption and Reception of Brazil and Ceará with the social role of Graphic Design, focusing on the illustrated book. For this, a historical reflection was built on the various ways in which children have been tutored by Brazilian institutions, accompanied by an analysis of data from the National Adoption System (2020). Then, it discusses the experiences and affections present in Institutions of Institutional Reception, with Santos and Boucinha (2011), Arpini (2003) and Marin (1998). To later present reflections on the social and political role of Design, from Cardoso (2008), Latour (2014), Moura (2018) and Krippendorff (2000), specifying the performance of the graphic field with Miyashiro (2011), Neves (2011) and Bonsiepe (2008), until arriving at the illustrated book, in which the relationship between text and image is discussed with Linden (2011). All the research was based on the design methodology of Munari (2008), adapted by the author according to the design steps. Thus, the relevance of this research is in the understanding of the implications that occur in the lives of children and adolescents who live the adoptive process, and how Design can be approached in this context as a political tool that affects and changes the social scope and its affective relationships.

Key-words: adoption; childhood; life's history; editorial design; illustrated book; illustration.

LISTA DE SIGLAS

Cadastro Nacional de Adoção (CNA)

Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA)

Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA)

Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA)

Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem)

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)

Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança (NUCEPEC)

Núcleo de Defesa dos Direitos (Nadij)

Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM)

Programa de Educação Tutorial (PET)

Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH)

Serviço de Assistência ao Menor (SAM)

Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)

Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|------------|---|----|
| Figura 1 | Número de crianças e adolescentes em cada estágio no processo de adoção | 13 |
| Figura 2 | Série histórica do número de crianças e adolescentes adotados por ano, 2015 a abril de 2020 | 14 |
| Figura 3 | Número de crianças e adolescentes adotados ou em processo de adoção conforme a idade | 15 |
| Figura 4 | Número de crianças e adolescentes acolhidos por região | 16 |
| Figura 5 | Série histórica do número de crianças e adolescentes acolhidos por ano | 17 |
| Figura 6 | Número de crianças e adolescentes reintegrados aos genitores ou que atingiram a maioridade, por região | 18 |
| Figura 7 | Matéria do Diário do Nordeste sobre os abrigos irregulares em Fortaleza | 22 |
| Figura 8 | Parede do Atelier Populaire, em 1968 | 37 |
| Figura 9 | Cartazes produzidos no Atelier Populaire: (esquerda) “A luta continua”; (direita), “Envenenamos você!”, 1968 | 37 |
| Figura 10 | Outros cartazes produzidos no Atelier Populaire: (esquerda) “Capital”; (direita) “Educação Permanente”, 1968 | 38 |
| Figura 11 | Exposição “Empatia” nas paredes e escadas do Metrô de Belas Artes da Cidade do México, e sobre um transporte coletivo | 47 |
| Figura 12 | Cartazes produzidos do estúdio El Fantasma de Heredia | 49 |
| Figura 13 | Livros experimentais de Larissa Ballaminut | 51 |
| Figura 14 | A.DOT, aplicativo que incentiva a adoção de crianças e adolescentes. | 53 |
| Figura 15: | Rede semântica | 62 |
| Figura 16 | Mapa de Referências | 63 |
| Figura 17 | Rascunhos | 68 |
| Figura 18 | Protótipos de baixa qualidade | 71 |
| Figura 19 | Cores da impressão em risografia | 75 |
| Figura 20 | Cores utilizadas nos protótipos. | 76 |
| Figura 21 | Fonte KG Inimitable Original | 77 |
| Figura 22 | Fonte Arlette | 78 |
| Figura 23 | Fonte GoodDog New | 79 |
| Figura 24 | Embalagem Mochila | 80 |
| Figura 25 | Montagem do Protótipo final | 81 |
| Figura 26 | Protótipo final | 82 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. CONTEXTUALIZAÇÃO | 11 |
| 3. JUSTIFICATIVA | 23 |
| 4. PERGUNTA DE PESQUISA | 26 |
| 5. OBJETIVOS | 26 |
| 5.1 Geral | 26 |
| 5.2 Específicos | 26 |
| 6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 27 |
| 6.1 Vivências e afetos em instituições de acolhimento | 27 |
| 6.2 O design e seu papel na sociedade | 32 |
| 6.2.1 Design e Política | 34 |
| 6.3 Design gráfico como ferramenta de transformação social | 38 |
| 6.4 O livro ilustrado | 42 |
| 7. METODOLOGIA | 45 |
| 8. CRONOGRAMA | 48 |
| 9. ANÁLISES DE SIMILARES | 49 |
| 9.1 Diretrizes projetuais | 59 |
| 10. DIÁLOGOS | 60 |
| 11. MEMORIAL DESCRITIVO | 61 |
| 11.1 Problema de projeto | 61 |
| 11.2 Desenvolvimento argumentativo | 61 |
| 11.3 Rede Semântica | 62 |
| 11.4 Mapa de Referências | 63 |
| 11.5 <i>Storyboard</i> | 64 |
| 11.6 Rascunhos | 68 |
| 11.7 Formato, Diagramação e Impressão | 74 |
| 11.8 Cores | 75 |
| 11.9 Tipografias | 76 |
| 11.10 Solução do projeto | 79 |
| 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 91 |
| 13. REFERÊNCIAS | 92 |

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compartilhar um pouco da história de infâncias e adolescências brasileiras que precisam ser protegidas pela medida do acolhimento institucional e estão à espera de uma família adotiva. São meninos e meninas que foram afastados de suas famílias de origem pelas razões mais diversas. Afastamento esse que deixa marcas fortes, duradouras e difíceis de lidar, mas que traz consigo também oportunidades de novos encontros e histórias em um novo lar.

Desse modo, esta pesquisa inicia por uma contextualização nacional do assunto em questão, organizando recentes dados oficiais sobre os quais se realiza uma reflexão crítica, com análises e questionamentos de cunho político. Após esse diagnóstico e o reconhecimento dos problemas envolvidos, é apresentada uma discussão sobre as vivências e afetos em Instituições de Acolhimento, com base nos textos de autores da Psicologia: Santos e Boucinha (2011), Arpini (2003) e Marin (1998). No seguinte tópico, inicia-se uma reflexão com maior foco no design, pensando sobre seu papel social, dialogando com Cardoso (2008), Latour (2014) e Krippendorff (2000). Aprofundando em seguida, na reflexão sobre um design politicamente engajado, a fim de investigar suas relações simbólicas com a sociedade capitalista, abordando os textos de Moura (2018) e novamente Krippendorff (2000). Na sequência, é abordada a temática do design gráfico enquanto ferramenta de transformação social, a partir de Miyashiro (2011), Neves (2011) e Bonsiepe (2008), com a finalidade de se discutir as potencialidades desse campo de atuação na construção de um mundo mais justo, com experiências de vida mais saudáveis e menos desiguais.

Após essa etapa de fundamentação e discussões teóricas, foram realizadas análises morfo-sintáticas e semânticas de projetos que possuem características relacionadas às temáticas estudadas nesta pesquisa, com o objetivo de definir melhor as diretrizes projetuais e ampliar o repertório de referências, expandindo as possibilidades de criação na etapa de materialização da ideia que ocorrerá em um segundo momento do trabalho.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Falar sobre as infâncias e as adolescências do Brasil requer considerar aspectos complexos do país, uma vez que se trata de um território de dimensões continentais e repleto de desigualdades. Essas jovens vidas ultrapassam os limites da vida privada, pois têm uma estreita relação com a sociedade em geral e com as políticas governamentais que se consolidaram ao longo da nossa história. É preciso levar em conta os diferentes momentos históricos e a forma como eram definidos esses jovens indivíduos, pois isso delinea a forma como eles são tratados, especialmente sob os aspectos jurídico-político-sociais das instituições responsáveis.

Percebe-se que a trajetória da gestão institucional sobre a infância e adolescência passou por inúmeras mudanças de perspectivas ao longo dos anos no Brasil. As instituições adotaram desde uma perspectiva correcional e repressiva, visando proteger a sociedade de jovens vistos como desviantes da lei, até uma visão de garantia de direitos, a qual objetiva oferecer proteção integral a todas as crianças e a todos os adolescentes do país.

Segundo Mello e Silva (2004), até os primeiros anos do século passado, o atendimento às necessidades sociais da população brasileira era de responsabilidade das Instituições Religiosas, principalmente as Santas Casas de Misericórdia. Somente em 1922 começa a funcionar, no Rio de Janeiro, o primeiro estabelecimento público para atendimento a crianças e adolescentes.

Em 1942, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), então ligado ao Ministério da Justiça, que era o equivalente ao Sistema Penitenciário para a população com idade inferior a 18 anos, com um forte *etos* repressivo de controle dos corpos. Somente após 30 anos de reivindicações sociais o SAM deixa de existir. Antes disso, em 1964, primeiro ano da ditadura civil-militar brasileira, é estabelecida a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), executada pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem). Essa Fundação funcionava de maneira expressivamente assistencialista, executando medidas de ajuda paliativas,

de caráter provisório, as quais se sustentavam por uma relação de dependência em detrimento a uma política emancipatória que de fato tirasse os menores da condição de vulnerabilidade na qual estavam inseridos. Não se percebia um real compromisso com as questões desenvolvimentais da infância e da adolescência.

Em 1979, foi aprovado o Código de Menores que tratava da proteção e da vigilância às crianças e aos adolescentes considerados em situação irregular e constituía um único conjunto de medidas destinadas, indiferentemente, a menores de 18 anos autores de ato infracional, carentes ou abandonados. Dessa forma, como afirmam Santos e Boucinha (2011), os menores passavam a ter uma patologia social por não se adequarem aos padrões sociais estabelecidos: estavam em desvio de conduta por terem cometido um delito, ou por serem maltratados pela família, ou por terem sido abandonados.

Na mesma época, iniciou-se um movimento social com uma visão diferente sobre crianças e adolescentes, a qual os considera sujeitos de sua própria história. O movimento evidenciou também, entre outras coisas, a perversidade e a ineficácia da prática de confinamento de crianças e adolescentes em instituições (MELLO e SILVA, 2004).

Na década de 1980, ano de início da abertura democrática, a legislação e as políticas destinadas aos “menores” passaram a ser vistas como representativas do arcabouço autoritário do período ditatorial. Assim, a partir de muitas discussões, foi criada, em 1986, a Comissão Nacional Criança e Constituinte. Em 1988, a nova Constituição Federal representa um marco na garantia de direitos básicos, pois contempla a proteção integral a crianças e adolescentes em seus artigos 227 e 228, além de introduzir no arcabouço legal brasileiro o conceito de seguridade social, agrupando as políticas de assistência, previdência social e saúde:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, Art. 227)

Dez anos após a nova Constituição, em 1990, o país busca romper com políticas de cunho correccional-repressivo com o importantíssimo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constituindo a única legislação, no contexto latinoamericano, adequada aos princípios da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito da Criança (MELLO e SILVA, 2004). Instaura-se, assim, a Doutrina de Proteção Especial, estabelecendo que todas as crianças e adolescentes, sem distinção, são agora sujeitos de direitos, devendo ser encarados como prioridade absoluta. Em síntese, a doutrina de proteção assenta-se em três princípios:

1. Criança e adolescente como sujeitos de direito - deixando de ser objetos passivos para se tornarem titulares de direitos.
2. Criança e adolescente são destinatários de absoluta prioridade.
3. Respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.

Segundo Silva (2004, apud Santos 2013), entre os direitos previstos pelo ECA (1990), destaca-se o direito à convivência familiar e comunitária que prevê o fim da institucionalização arbitrária de crianças e adolescentes, prática muito comum nas décadas anteriores.

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada convivência familiar e comunitária, em ambiente livre de presença de pessoas dependentes de substância entorpecentes. (BRASIL, 1990, Art. 19)

Em decorrência da aprovação do ECA, a Funabem foi extinta, tendo sido criada a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (FCBIA) dentro do Ministério da Ação Social cuja estrutura tinha como objetivo contemplar os novos princípios do estatuto e realizar a ação integrada com as outras esferas de governo. Em 1995, extingue-se a FCBIA, juntamente com a LBA, no processo de implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em 2003, primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a área dos direitos humanos foi desmembrada do Ministério da Justiça, sendo criada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), ligada à Presidência da

República. Dentro da SEDH, o tema crianças e adolescentes está a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA) (MELLO e SILVA, 2004).

Desde então, intensifica-se no país a construção de uma série de leis e normativas, produzindo o reordenamento nas esferas jurídica, política e social, com desdobramentos relacionados à institucionalização de crianças e adolescentes. Entre estes, a formulação e a implantação de várias políticas de juventude ganharam visibilidade a partir de 2005 com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

Mais recentemente, em 2019, foi criado o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) , a partir da união do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA). O novo sistema, gerido pelo Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais (CGCN), abrange milhares de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, com uma visão global da criança, focada na doutrina da proteção integral prevista na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Apesar das recentes configurações, é preciso manter sempre o olhar atento e um posicionamento crítico como o de Santos e Boucinha quando afirmam que: “a implantação incipiente dessas propostas para a juventude no conjunto dos Estados brasileiros, assim como as dificuldades com relação à efetivação da garantia dos direitos previstos no ECA, são desafios para instâncias de governo, gestores, profissionais, sociedade civil e instituições de formação.” (2011, pg. 39).

A partir das novas concepções e políticas instituídas com o ECA, crianças e adolescentes passaram a ter o direito de conviver e serem protegidos em suas famílias de origem, independentemente da situação financeira destas, pois a pobreza não pode acarretar na perda ou suspensão do poder familiar. Ao Estado, compete proteger e assistir aqueles que necessitarem. No entanto, Pereira (2004) realça que nem sempre a família tem sido o espaço ideal para a convivência ou mesmo a sobrevivência das crianças e adolescentes. Algumas famílias não podem

cuidar dos seus filhos pelas mais diversas razões, o que resulta em uma medida de institucionalização através da política de Acolhimento.

De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Brasil, 2018), o Acolhimento Institucional envolve serviços que acolhem Crianças e Adolescentes em medidas protetivas por determinação judicial em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família. O serviço é regulamentado pela Resolução conjunta do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), em ação prevista no Plano Nacional e representa um compromisso partilhado entre o Ministério dos Direitos Humanos, O Ministério do Desenvolvimento Social e os Conselhos, CNAS e Conanda.

Conforme o Art. 98º do ECA (Brasil, 2005), as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e em razão de sua conduta. O Art. 101º estabelece que, verificadas quaisquer das hipóteses do Art. 98º, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, a medida de acolhimento em uma instituição.

É importante enfatizar que o Estatuto (Brasil, 2005) estabelece o serviço de Acolhimento como uma medida provisória e excepcional em que as instituições devem, no prazo de dois anos, realizar o retorno familiar e comunitário dos indivíduos abrigados, rompendo com a retrógrada imagem dessas instituições de “depósito de abandonados”.

A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (BRASIL, 2010. Art. 19. §2º)

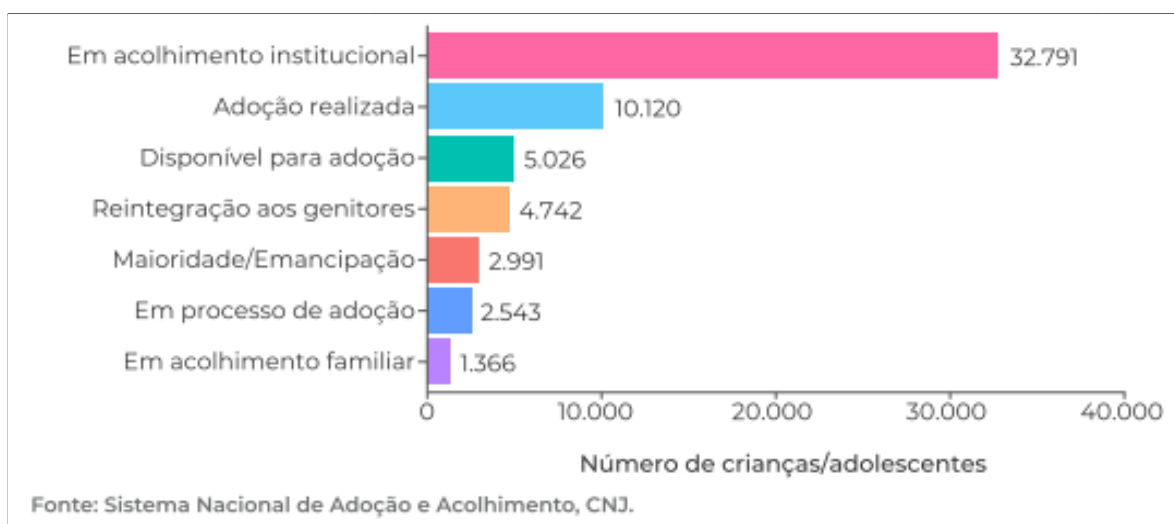
Entretanto, o que acontece na realidade é diferente e bem mais complexo, pois a permanência breve ou continuada no abrigo está inteiramente relacionada à história singular de cada criança e adolescente. É possível constatar que o tempo

de permanência desses jovens nas instituições ultrapassa o que se pode considerar como provisório, uma vez que muitos ingressam ainda bebês ou crianças e saem apenas quando alcançam a maioridade, momento em que o jovem precisa deixar a instituição compulsoriamente.

As informações mais atualizadas desse contexto foram publicadas esse ano pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Trata-se do Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), o qual apresenta dados do SNA coletados entre outubro de 2019 e maio de 2020, e também leva em consideração dados da última versão do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) desde maio de 2015, quando foi lançada. Todos esses dados constam no novo painel on-line do SNA, onde são atualizados diariamente.

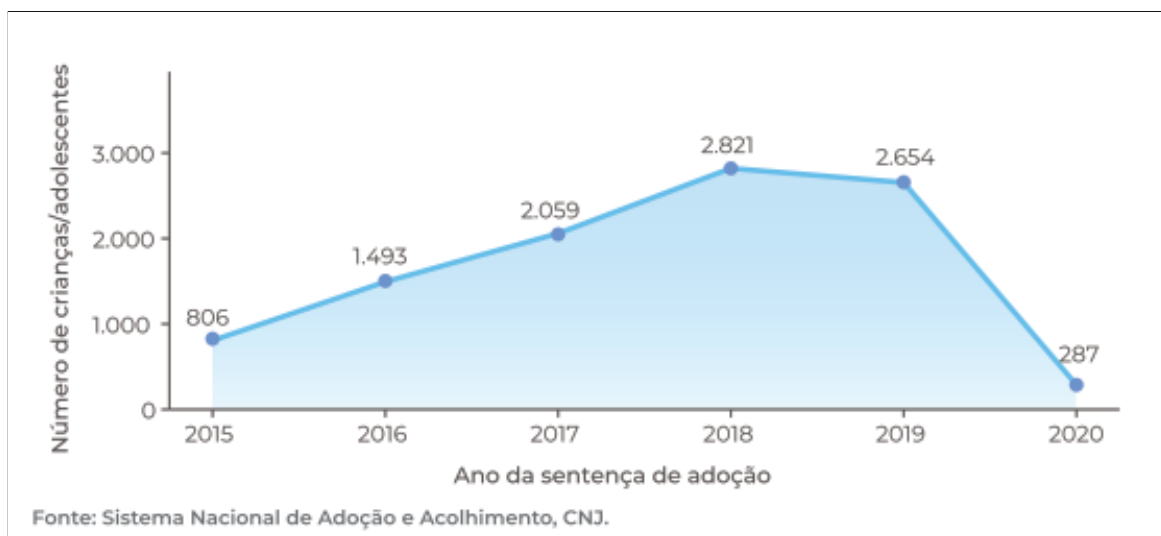
O relatório engloba informações referentes às crianças e adolescentes adotados; em processo de adoção; disponíveis para adoção; acolhidos; reintegrados aos genitores; ou que atingiram a maioridade. Há um total de 59.902 crianças e adolescentes nos estágios anteriormente mencionados, conforme observado na imagem abaixo:

Figura 1: Número de crianças e adolescentes em cada estágio no processo de adoção



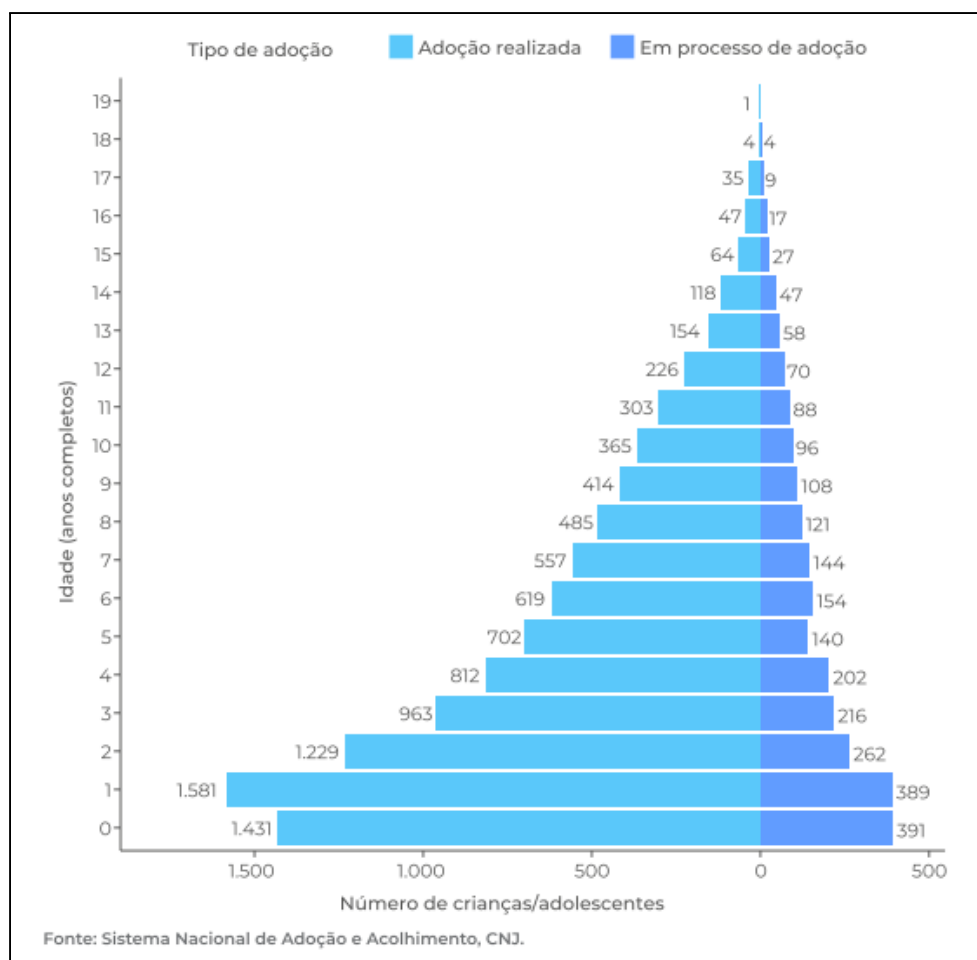
Esse alto número de crianças e adolescentes acolhidos decorre, dentre outros fatores, da drástica diminuição de adoções em 2020, como pode ser percebido no gráfico abaixo:

Figura 2: Série histórica do número de crianças e adolescentes adotados por ano, 2015 a abril de 2020



O relatório mostra ainda o status da lista de pretendentes à adoção. Em fevereiro, havia cerca de 36,5 mil pretendentes habilitados e disponíveis para a adoção. A maior parte encontra-se nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. A fila é mais demorada porque, das crianças disponíveis que não estão vinculadas, 83% têm acima de 10 anos, e apenas 2,7% dos pretendentes aceitam adotar crianças e adolescentes acima dessa faixa etária. O fato é que o número de adotados diminui à medida que a idade aumenta, como apresenta o gráfico abaixo.

Figura 3: Número de crianças e adolescentes adotados ou em processo de adoção conforme a idade



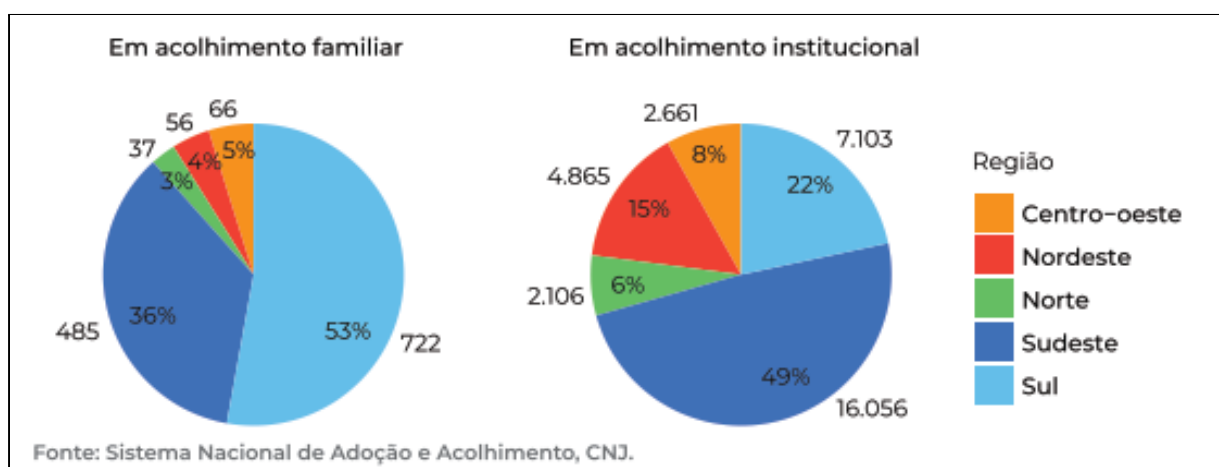
Pode-se constatar que a idade média das crianças e adolescentes na data da sentença de adoção é de 4 anos e 11 meses, enquanto, em relação aos em processo de adoção, a idade média é de 5 anos e 3 meses no início do processo. No Ceará, são, ao todo, 326 meninas e meninos com o processo de adoção realizado, com idade média de 4 anos e 7 meses; e 74 ainda em processo de adoção, com idade média de 4 anos e 6 meses.

Acerca do tempo de duração do processo de adoção, o ECA dispõe em seu inciso 10 do Art. 47 que: “O prazo máximo para conclusão da ação de adoção será de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária”. Com as informações levantadas pelo SNA, verifica-se que aproximadamente 43,5% das ações de adoção realizadas foram concluídas em mais de 240 dias, com um tempo médio entre o início do

processo e a data da sentença de adoção de 10,5 meses, bem maior do que o estimado pela lei. No Ceará, essa espera dura em média 6,3 meses.

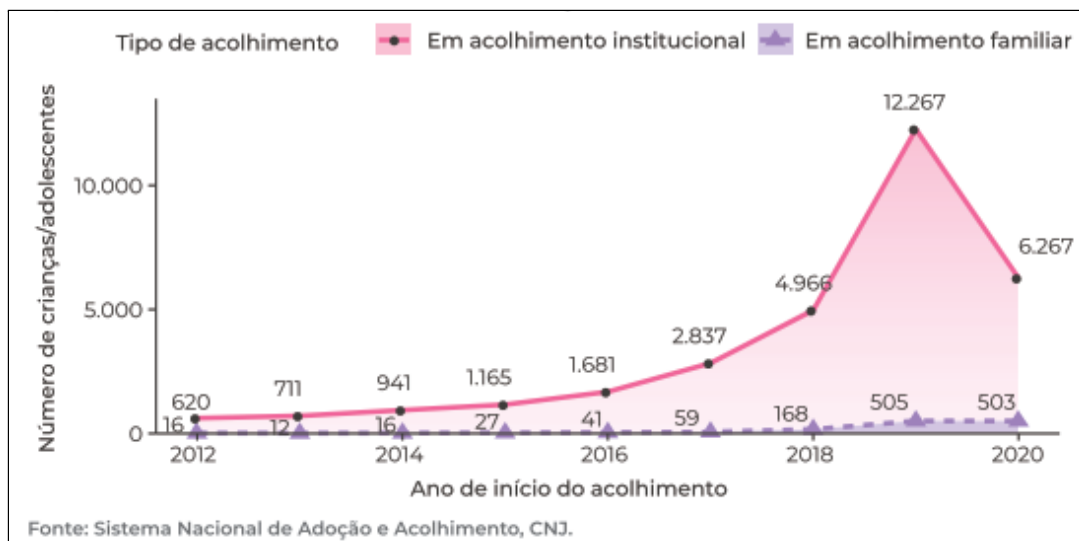
A respeito da política de acolhimento, há no cadastro do SNA um total de 34.157 crianças e adolescentes acolhidos em 3.259 instituições. Desse total de indivíduos, 8,4% estão disponíveis para adoção (2.881). Cerca de 32.791 (96%) crianças e adolescentes estão em acolhimento institucional e 1.366 (4%) em acolhimento familiar (modalidade de acolhimento em que famílias são cadastradas e preparadas para acolher temporariamente, em suas residências, crianças afastadas da família de origem e que seriam encaminhadas para abrigos). No Ceará, há 20 indivíduos em acolhimento familiar e 880 em acolhimento institucional, com idade média de 8 anos e 3 meses, em sua maioria de etnia parda. Em Fortaleza, são 19 abrigos localizados na Capital, acolhendo um total de 480 crianças e adolescentes.

Figura 4: Número de crianças e adolescentes acolhidos por região



Verifica-se que a maior parte das crianças e adolescentes (60%) iniciou o acolhimento no ano de 2019 ou 2020, conforme a figura abaixo.

Figura 5: Série histórica do número de crianças e adolescentes acolhidos por ano

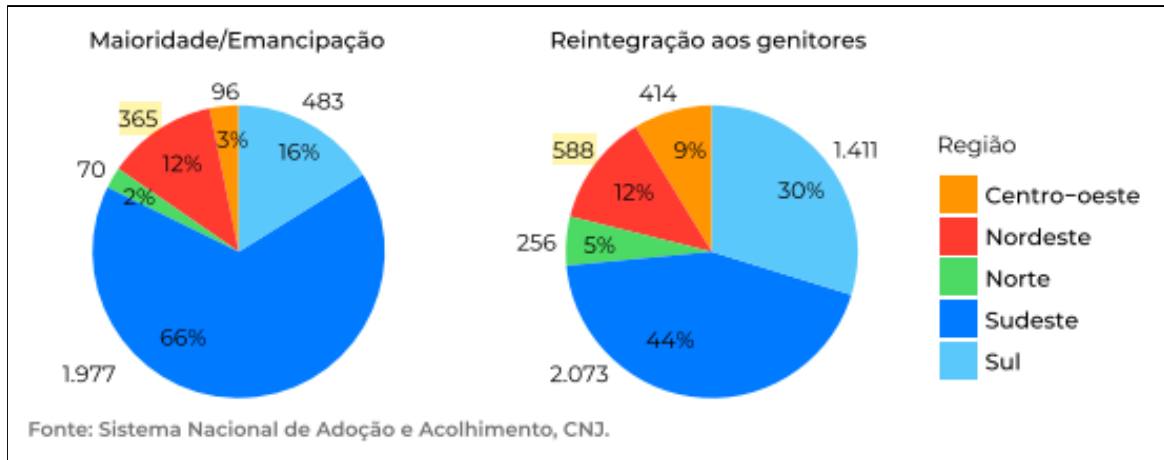


Do número total de acolhidos, os adolescentes compõem a maior parcela: ao todo, são 9.420 com mais de 15 anos de idade, o que ultrapassa os 60% do número total. Destes, um terço está acolhido há mais de três anos e não têm irmãos nas mesmas condições.

No outro extremo desses dados, estão as crianças na fase da primeira infância – de 0 a 6 anos. Juntas, elas somam 9.160 acolhimentos. Cerca de 2.400 bebês com até 3 anos aguardam até seis meses pelo retorno à família de origem ou pela adoção. Este é o mesmo tempo de acolhimento a que estão submetidas a maioria das crianças que têm entre 3 a 6 anos.

O Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento traz ainda o perfil das crianças e adolescentes reintegrados aos genitores ou que atingiram a maioridade e tiveram que deixar o acolhimento. Há, no cadastro, um total de 4.742 crianças e adolescentes reintegrados aos genitores e 2.991 adolescentes que atingiram a maioridade no acolhimento. No Ceará, 42 atingiram a maioridade, e 99 foram reintegrados aos seus genitores.

Figura 6: Número de crianças e adolescentes reintegrados aos genitores ou que atingiram a maioridade, por região



De modo sintético, a partir desse Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento do CNJ, pode-se inferir que:

- Existem ainda muitas crianças e adolescentes acolhidos no Brasil, mas trata-se de uma quantidade reduzida se considerarmos as desigualdades sociais e as violências a que eles são submetidos em seus lares e na rua.
- A adoção demora muito a acontecer no Brasil: passa de 4 anos de espera para os pretendentes, e quanto mais velha é a criança acolhida, mais difícil é para ela ser adotada, permanecendo, em muitos casos, no abrigo até a maioridade. Apenas 0,3% dos pretendentes à adoção desejam adotar adolescentes, apesar destes representarem 77% do total de disponíveis no SNA.
- As crianças e adolescentes ainda passam muito tempo em instituições de acolhimento, aguardando a reintegração familiar ou adoção, bem mais do que o recomendado mundialmente e instituído pelo ECA.
- O percentual do acolhimento familiar em relação ao institucional é extremamente baixo no Brasil, chega a 4%, enquanto em países desenvolvidos a porcentagem é exatamente o contrário. Ou seja, o acolhimento familiar continua muito desconhecido, embora seja preferencial por lei, em relação ao acolhimento institucional;

Para Santos e Boucinha (2011), a prática de institucionalização ainda se apresenta atualmente como forma de solucionar os problemas de abandono, violência, drogadição e miséria de crianças e adolescentes. Quando estes manifestam comportamentos considerados fora do “normal”, tornam-se casos clínicos e jurídicos, de modo a serem culpabilizados e “tratados” nos espaços de acolhimento postos, nessa concepção, como locais de correção dessas virtualidades.

Assim, a experiência que deveria ser provisória e excepcional, dura muito mais do que os 2 anos instituídos pela legislação do ECA. A transitoriedade do abrigo acaba por se efetivar na institucionalização de suas vidas, na infância e na juventude. Com isso, não conseguem concluir ou fixar-se em trabalhos, iniciam para nunca terminar, moram num lugar e logo vão para outro, são fugazes. (SANTOS e BOUCINHA, 2011).

Silva, Mello e Aquino (2004, p. 231, apud SANTOS e BOUCINHA, 2011) afirmam, a partir de estudos sobre o atendimento massificado, que as crianças e adolescentes em instituições revelam problemáticas decorrentes dos longos períodos vividos nelas. Apresentam, por exemplo, de modo recorrente, questões de carência afetiva, dificuldade para estabelecimento de vínculos, baixa autoestima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca familiaridade com rotinas familiares.

O espaço do abrigo refletia o impacto de duas políticas antagônicas e divergentes de atendimento a crianças e adolescentes. Na década de 1990, a política preconizada pelo ECA estava sendo implementada no abrigo, mas a política do Código de Menores também estava na instituição, caracterizando-se como um instituto com nome de abrigo habitado por concepções diferentes de crianças e adolescentes. (SANTOS e BOUCINHA, 2011).

Além disso, durante sua vivência no acolhimento, crianças e adolescentes são concomitantemente reguladas por outras instituições de controle, como a Igreja, a Justiça e a Medicina, além de serem tuteladas por saberes da Psiquiatria,

Psicologia e Pedagogia. Desse modo, em muitos casos, a criança é encaminhada para a instituição como objeto de proteção, mas constituindo-se, ao mesmo tempo, em um “caso” para a Assistência, para a Saúde, para os especialistas do abrigo e para a Segurança Pública.

Por isso, discutir a temática da juventude “implica problematizar a naturalização da criança e do adolescente pobres como alvos de práticas e discursos caritativos e filantrópicos, que esvaziam a condição histórico-política que os atravessa e os constitui como tal” (Nascimento & Ribeiro, 2002, p. 23). Trata-se de apreender e discutir sobre o processo pelo qual esses significados se constituíram, pois ora são compreendidos como menores, abandonados, delinquentes, doentes, ora são crianças, adolescentes, sujeitos de direitos e deveres. (SANTOS e BOUCINHA, 2011).

3. JUSTIFICATIVA

A atual pesquisa surge a partir de reflexões e experiências, as quais fortaleceram um interesse pessoal e um propósito político de discutir e analisar o contexto atual da adoção e acolhimento no país, relacionando o design enquanto discurso a algumas áreas da assistência social, da psicologia e do direito que trabalham com infância e adolescência. Pretendo, a partir desse entrelaço, debater o papel político do design por meio do qual seja possível a transformação de realidades e histórias daqueles que, desde tão cedo, tiveram que se distanciar de laços primordiais da vida.

Esta pesquisa advém também de estudos e experiências transcorridas durante uma outra graduação no curso de Psicologia, na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde, por meio do Programa de Educação Tutorial (PET-Psicologia) e do O Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre a Criança (NUCEPEC), trabalhei durante um ano na instituição de acolhimento “Abrigo Casa da Criança”, localizada no bairro Cristo Redentor.

A partir dessa experiência, realizada junto a três amigas de curso, pudemos discutir e explorar a temática da adoção e do acolhimento a partir de encontros terapêuticos semanais com um grupo de três crianças. Com elas, promovemos leituras coletivas, contações de histórias e o principal, a construção de um “diário” pessoal, em que cada criança fazia os registros dos seus dias na instituição de acolhimento, e também organizava as memórias que carregava com ela, como fotos de seus parentes e cópias de documentos.

Esta pesquisa se propõe a explorar uma temática ainda pouco abordada nos trabalhos acadêmicos no campo do design, pensando o design como estratégia reflexiva capaz também de gerar debates com foco no contexto de acolhimento institucional do Ceará. Além disso, trata-se de uma problemática atual e de relevância social que atinge crianças e adolescentes de Fortaleza, como tratado na matéria do Diário do Nordeste, de título “Todos os abrigos para a infância em Fortaleza estão irregulares”, publicada em Setembro de 2019. O Jornal apresenta o depoimento do supervisor do Núcleo de Defesa dos Direitos (Nadij) e das Defensorias Públicas da Infância e Juventude do Ceará, Adriano Leitinho:

Nenhuma das unidades (de acolhimento) da Capital se adequa às normas técnicas, seja por irregularidade na divisão das crianças e adolescentes nas instalações, pelo número excessivo de acolhidos além das vagas ou pela ausência de profissionais de apoio. É urgente que haja uma reformulação geral.

Figura 7: Matéria do Diário do Nordeste sobre os abrigos irregulares em Fortaleza



Fonte: Helene Santos, Diário do Nordeste, 03 de Setembro de 2019.

Esta pesquisa pretende, ainda, promover uma melhor compreensão sobre as crianças e adolescentes acolhidos, evitando que se faça sobre eles um julgamento precipitado, um diagnóstico inadequado e uma exigência incompatível com suas histórias de vida. É preciso valorizar também as instituições e os profissionais que as estruturam, de modo a construir um novo olhar sobre a realidade institucional e os atores nela envolvidos.

Por fim, os direcionamentos desta pesquisa voltam-se para que seja possível construir, dentro das instituições, uma continuidade dessas histórias, agora com novas possibilidades e novos sujeitos. A partir disso, busca-se que se tornem claros a necessidade e o sentido da existência desses espaços de acolhimento, de modo a permitir que cada criança ou adolescente que percorra esse ambiente tenha a possibilidade de encontrar aí um olhar sensível, um lugar de construção de desejos e perspectivas (Arpini, 2003).

4. PERGUNTA DE PESQUISA

Como um projeto editorial de um livro ilustrado pode atuar como ferramenta de empoderamento de crianças que viveram no contexto de adoção e/ou acolhimento institucional, de modo a incentivá-las a pensar e a falar sobre si e sobre sua história de vida?

5. OBJETIVOS

5.1. Geral

Desenvolver um projeto editorial de um livro ilustrado que incentive a criança a pensar e a falar sobre si, sobre suas percepções diante do seu percurso de vida, seus processos de adaptação e compreensão dessas transformações, muitas vezes delicadas e difíceis de serem encaradas sozinhas, especialmente àquelas que vivem ou viveram em instituições de acolhimento, podendo ou não ser adotadas.

5.2 Específicos

1. Estudar brevemente o contexto de adoção e acolhimento do país, com foco no cenário do Ceará.
2. Analisar, de maneira geral, problemáticas relacionadas às questões de adoção e acolhimento de crianças e adolescentes no Ceará.
3. Estudar e discutir os afetos e relatos dos jovens e dos profissionais das instituições de acolhimento.
4. Analisar o caráter discursivo da prática do design e seu potencial de atuação enquanto agente político e social.
5. Estudar e analisar projetos de design que de alguma forma se relacionam à temática abordada nesta pesquisa.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1 Vivências e afetos em Instituições de Acolhimento

Como apresentado anteriormente, desde o final do século XIX e durante grande parte do século XX, a institucionalização configurou-se, em maior ou menor

grau, como uma das principais políticas postas em prática pelo Estado para lidar com o dito “menor” ou “menor em situação irregular”, como ficou designado a partir de 1979. Nessa época, havia no Brasil todo um aparato estatal, cuja tônica focalizava a institucionalização, gerido, no período, pelo Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e pela Fundação do Bem-Estar do Menor (Funabem).

Para Rizzini e Rizzini (2004 apud Santos e Boucinha 2011), foi produzida uma cultura da institucionalização de crianças no Brasil, iniciada há algumas décadas, e que permanece nos dias de hoje. Essa cultura se apoia no fato de que os motivos que levaram as crianças para internatos nos séculos XIX e XX não foram devidamente enfrentados a nível de políticas públicas.

Assim, percebe-se que o movimento continua se repetindo e segue envolvendo o mesmo segmento vulnerável da população brasileira uma vez que, são encaminhados para as instituições de acolhimento aqueles que perderam ou enfraqueceram seus vínculos familiares, ou ainda aqueles que transitam entre suas casas, as ruas e o acolhimento. Como consequência, esses jovens carregam consigo uma estigmatização social junto a outras determinantes experiências negativas da institucionalização (SANTOS E BOUCINHA, 2011).

Isso se relaciona ao processo de transição do Código de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente e às marcas, presentes até hoje, de uma política pública fragmentada e que tem dificuldade de articular-se tanto no processo de ingresso como no de saída desses jovens da instituição. As marcas da institucionalização e a transitoriedade habitam suas vidas, provocando nesses jovens dificuldades de concluir ou se fixar em atividades, de construir histórias diferentes das impostas nas experiências institucionalizantes (SANTOS E BOUCINHA, 2011).

Essas marcas são, de certa forma, esperadas, dado que o ingresso em uma instituição de acolhimento é uma experiência de vida que transforma muito os indivíduos de maneira intensa e singular. Muitos vivenciam a instituição desde os primeiros anos de vida, gerida por políticas públicas de práticas cotidianas em favor

da permanência na instituição. No entanto, o posicionamento pela permanência muda completamente quando o jovem está próximo de atingir a maioridade. Sobre ele, é colocada, de forma abrupta, a tarefa de seguir a vida fora daquele espaço, agora sem a proteção do Estado.

A partir de sua pesquisa, fruto de um projeto de extensão continuado em Instituições de Acolhimento em Santa Maria, Arpini (2003) ouviu jovens que, desde muito cedo, experimentaram degradações nas suas vidas. São existências sofridas, marcadas por regras, disciplina, controle de corpos, determinações jurídicas, políticas públicas, diagnósticos psiquiátricos e pareceres psicológicos. A partir desses contatos, a autora salienta a importância de repensar essas instituições, marcadas pelo estigma do “fracasso”, de modo a contrapor suas práticas às novas experiências de cuidado e proteção previstas no ECA.

Bleger (1984, apud ARPINI, 2003) lança luz sobre o fato de que o funcionamento das instituições tende a reproduzir a mesma lógica problemática que esses espaços visavam combater; dessa forma, sua proposta de abrigo, proteção, amparo e formação nunca chegou a obter êxito. Ao contrário do que se esperava, elas acabam por criar as mesmas dificuldades, sofrimentos e abandonos já vividos por essas crianças e adolescentes, resultando na reprodução da mesma relação que a sociedade estabeleceu com esses sujeitos ao abandoná-los e isolá-los.

Pensando sobre a criação de soluções alternativas frente a esse “fracasso” institucional, Silva (1997, pg 147) afirma:

A extinção dos grandes complexos de internação e a construção de unidades menores, que mais se assemelham às condições de um ambiente familiar, são medidas que têm como pano de fundo a compreensão da necessidade de erradicação das condições institucionais que favorecem o florescimento das identidades negativas e criminosas, e que são determinantes na definição da etiologia do comportamento criminoso.

É importante evidenciar, entretanto, que não existem apenas experiências traumáticas nesses contextos de acolhimento. Arpini (2003) conversou com jovens que afirmam terem se sentido mais protegidos da violência que vivenciavam na rua ou em suas famílias após entrarem nas instituições. Mesmo não sendo desejado, o ingresso na instituição não tem sempre a força negativa e destrutiva que marca

alguns espaços de acolhimento mais tradicionais. Para muitos, o acolhimento será o espaço possível de maior tranquilidade e apoio até que suas vidas sejam reestruturadas. Com histórias de vida extremamente violentas, as crianças e adolescentes acolhidos têm a possibilidade de enxergar a instituição de forma menos ameaçadora, como um espaço em que novas histórias podem ser construídas (ARPINI, 2003).

Essas vivências acontecem principalmente nas instituições já remodeladas pelo ECA, as quais seguem suas diretrizes, de modo a desenvolver e fortalecer os jovens acolhidos. São instituições de menor porte, mais abertas, com uma clientela mais definida, que criam um espaço para respeitar e manter a individualidade dos acolhidos e não objetivam a permanência dos indivíduos por um período muito longo.

No entanto, Arpini (2003) sublinha que isto não significa que alguns dos vícios, abusos e violências, característicos das instituições totais, não tendam a se reproduzir nesse novo modelo. Para a autora, é preciso reconsiderar a perspectiva institucional, investindo num processo de transformação rumo a uma maior qualificação de seu universo, trabalhando sobre os “preconceitos instituídos”, sobretudo o de que a instituição “é uma alternativa fracassada” (2003, pg. 72). Os espaços de acolhimentos precisam ser vistos como um espaço acolhedor e não como um ambiente que silencia os jovens ou que propicia temor sobre seus passados e suas memórias.

Segundo Marin (1999), as histórias dessas crianças e adolescentes são narradas a partir de um olhar equivocadamente culpabilizador e de cunho depreciativo, posicionando o jovem como responsável por sua situação de vulnerabilidade de modo a suscitar sentimentos negativos. Ainda segundo a autora (1999, pg. 48): “a perda, a falta e a separação não são em si o problema para a formação de identidade, aliás, podem até ser os determinantes, porém, o que importa é a possibilidade de sua significação e a condição para a simbolização”. Em outras palavras, as histórias desses jovens precisam ser constantemente visitadas,

conversadas e tratadas com a devida importância e cuidado para que delas se criem outros significados.

Santos e Boucinha (2011) afirmam que ser visto como um adolescente que vive em uma Instituição de abrigo pode ser ainda um forte estigma social e, sobretudo, uma marca muito pesada a ser carregada, posto que, via de regra, crianças ou adolescentes institucionalizados são julgados como detentores de algum problema em sua “bagagem”. Com isso, acabam sendo desqualificados e desvalorizados, o que explicita a dificuldade em entender o significado de toda essa infância vivida e as dificuldades decorrentes do abandono e da ausência familiares e de outras referências positivas (MARIN, 1999).

Esse estigma continua quando saem do abrigo. As subjetivações do passado se atualizam em suas memórias, pois percebem que possuem grandes dificuldades para se adaptarem à vida fora da instituição: não possuem um local para morarem, estão em subempregos ou desempregados e possuem uma alimentação precária. (SANTOS e BOUCINHA, 2011). Como efeitos disso, percebem-se as dificuldades para se construir uma vida estável, um recomeço, passando por impedimentos inclusive ao tentar reencontrar laços com seus familiares, ou mesmo ao constituir novos em uma nova família. (MARIN, 1999).

O estigma do vínculo com o conselho tutelar ou com instituições impõe a narrativa de que esses jovens não tiveram uma vida dentro dos padrões esperados e de que não são sujeitos desejados (ARPINI, 2003). Acabam assim por representar o indesejado, um risco para a sociedade, assumindo o papel de alguém que está sempre no limite de romper a norma e transgredir. Ao mesmo tempo em que a sociedade diz protegê-los, ela os acusa duramente, restringindo-lhes, com o estigma, as possibilidades de modificarem essa situação.

Diante de tantas complexas subjetividades presentes no espaço do abrigo, faz-se fundamental pensar sobre as diferenças, não para fazer delas motivo de desqualificação, mas, justamente, para entender e aceitar as diferenças que existem entre os universos socioculturais. É necessário criar estratégias que permitam que

esses jovens ampliem suas possibilidades de inserção social, abrindo-lhes espaços de pertencimento que não fiquem só no nível do discurso, mas que se instaurem efetivamente, o que só é possível quando aprendemos a efetivamente aceitá-los (ARPINI, 2003).

Mesmo os ambientes institucionais menos fechados e menos repressivos, como apresentado anteriormente, mantêm-se sempre densos, carregados de sentimentos difíceis de tratar, como tristezas, mágoas e intrigas, afetos que englobam e atravessam todos os profissionais envolvidos, especialmente os cuidadores. Trabalhar nesses espaços envolve lidar com as dificuldades das relações afetivas, com o que de pior as pessoas podem experimentar, encarando elementos dolorosos para qualquer indivíduo (ARPINI, 2003).

A partir dessa perspectiva, Marin (1998, pg. 108) levanta importantíssimos questionamentos relacionados ao grande desafio que é trabalhar nessas instituições frente às histórias de vida e outras demandas dos jovens acolhidos.

Como responder a suas demandas de justiça social? O que lhes oferecer como ideal de vida? Como convencê-los a conviver numa escola que fala de um mundo que não conhecem, que os expulsou, que tem uma linguagem, um código tão distante de seus desejos imediatos? Ter que expô-los e lembrá-los de sua história tão cruel que os tornou “um filho mau”, sem perspectivas? É melhor ficar calado, deixar que o jovem faça o que quiser, como quiser.

Quando a autora diz que é “melhor ficar calado”, nos revela o posicionamento mais corriqueiro assumido diante de tais situações. Ao não saber lidar com as questões trazidas pelos jovens, muitas vezes a defesa utilizada pelas instituições e seus profissionais está justamente no endurecimento afetivo, no abafamento ou na desqualificação (ARPINI, 2003). É o que Marin dispõe, citando Mannoni, como uma “violência do silêncio”, uma espécie de morte, que leva a um constante empobrecimento da vida.

Fundamentado nessas colocações, é importante refletir sobre as possibilidades de repensar a instituição como um local onde os jovens possam viver a infância e a adolescência e construir referenciais identificatórios positivos, sendo um ambiente seguro e protetor. Além disso, é necessário também tratar como

possível o fim da estigmatização dos jovens que têm ou tiveram vínculos com o conselho tutelar ou com instituições de acolhimento (ARPINI, 2003). Para a população em geral, a imagem das instituições é semelhante à imagem que se tem da própria comunidade que a ocupa: desqualificada, falha, desamparada e abandonada; é esta imagem que precisa ser atravessada por novas significações.

Essa busca por um cenário diferente não pode permanecer apenas no nível do discurso, mas é através do trabalho com a linguagem que torna-se possível construir um importante mecanismo para reflexão, de modo a resultar em uma efetiva ação que intervenha na problemática. Por meio da sensibilização e do acesso à informação, a sociedade pode exigir do poder público ações mais efetivas e acolhedoras. E isso pode ser feito através de ferramentas do design, quando leva-se em conta especialmente a sua função de traduzir e conceituar uma mensagem por meio de elementos visuais (NEVES, 2011). Dessa forma, as concepções e imagens estigmatizantes podem ser desconstruídas, passando a significar outras ideias e a possibilitar novas leituras.

6.2 O design e seu papel na sociedade

Segundo Cardoso (2008), o design foi constituído como uma prática profissional técnico-artística que nasce e se fundamenta para atender às necessidades cotidianas humanas junto à história da industrialização com o propósito de potencializar a produção em massa de objetos. Nesse período, em meados do século XX, o processo de concepção de um artefato centrava-se no produto em si, na execução efetiva de sua função, adequada aos seus elementos visuais.

Em seu texto “Um Prometeu Cauteloso?”, O filósofo francês Bruno Latour discute acerca dessa primária percepção do design enquanto profissão, afirmando que:

‘design’, neste sentido antigo e limitado, era um forma de revestir a eficiente porém entediante prioridade dos engenheiros e das equipes de vendas. O design acontecia quando se acrescentava um verniz formal às suas

criações, alguns elementos superficiais que poderiam fazer diferença em questões de gosto e moda (LATOURE, 2014, p.2).

Com o tempo, os saberes e as práticas de design tomaram novas proporções, expandindo a atuação dos designers para além da forma, da estética e da ergonomia de produtos e buscando entender mais o subjetivo, as pessoas e suas vivências. No momento em que vivemos, o contexto sociocultural e as relações humanas e psicológicas passaram a ter papel essencial nas etapas de construção de um projeto.

Diante disso, o designer é impulsionado a sair do chão de fábricas ou de trás das mesas de escritórios e se depara com um mercado de consumo saturado, sociedades marcadas pelas desigualdades, ecossistemas em processo de esgotamento e crises político-econômicas. A confluência desses elementos constitui um cenário bastante desafiador e essencial de que se tome consciência sobre, pois é fora dos ambientes fechados de produção e criação que o designer compreende a existência de realidades com especificidades socioculturais e assim passa a abranger novas formas de atuação junto à sociedade, obrigando-se a refletir sobre seus próprios métodos projetuais (ARAÚJO, 2019).

Latour afirma que, em nossa contemporaneidade, o “fazer design” pode ser significado a partir de processos que incorporam todas as seguintes palavras: “planejado, calculado, arrumado, arranjado, empacotado, embalado, definido, projetado, pensado, escrito”. Além disso, afirma que o sentido da palavra “design” cresceu em extensão, se tornando “aplicável a estruturas cada vez maiores de produção” (2014, p.3). Para o autor, essa expansão se mostra como indício de uma mudança na forma como a sociedade lida com objetos e ações de uma maneira geral.

Diante de tal complexidade do mundo, novas abordagens metodológicas se tornam necessárias para a projeção em design. Assim, surge o termo “design complexo” para caracterizar a produção no campo de design na contemporaneidade, entendendo que métodos projetuais e técnicas de criatividade precisam ser revistos para dar passagem a processos de inserção sociocultural,

tornando possível que o designer tenha lucidez sobre a relação da sociedade, organizada em moldes do complexo capitalismo atual (RUBIM, 2000 apud ARAÚJO, 2019). Sobre esta diversidade, Cardoso afirma que:

Reconhecer a complexidade do sistema já é um grande avanço. Se todos adquirirem alguma consciência do tamanho e do intrincado das relações que regem o mundo hoje, será possível caminhar coletivamente em direção a um objetivo, seja lá qual for. O grande inimigo é sempre a ignorância, e as ideias preconcebidas que derivam da falta de exercício do pensamento. (CARDOSO, 2012, p. 43)

Para Krippendorff (2000), em seu texto *Design centrado no ser humano: uma necessidade cultural*, o design vem percorrendo uma trajetória na qual se apresenta um aumento dos aspectos humanos e sociais na construção de uma “cultura projetual”. É desse modo que o autor trata do design centrado no ser humano, o qual envolve o design de coisas intangíveis, com produtos que envolvem práticas sociais, símbolos, afetos e significados. Para ele, o design centrado no ser humano abre um vasto espaço para que os designers tornem mais claras as suas próprias práticas, iluminem seus próprios métodos e aperfeiçoem a sua própria linguagem.

O autor afirma que o design centrado no ser humano está preocupado com as relações construídas entre o usuário e o artefato em questão, pensando sobre a forma como convivemos e interpretamos ele, diferentemente do design centrado no objeto, que ignora as características humanas em favor de critérios como funcionalidade, durabilidade, estética, custo, etc. Para ele, os artefatos não existem se não pensados a partir do envolvimento humano. É através dessa relação que os objetos são constituídos, compreendidos e reconhecidos, e é sobre esta concepção que se apoia este trabalho.

Ao invés de trabalhar com um único indivíduo, Krippendorff (2000) propõe que se coloque no centro das preocupações do design o trabalho com o coletivo, o que promove a abertura para novas possibilidades de desenvolvimento de projetos. Para o autor, as tecnologias que se expandem em grupo atraem novos modos de vida e evoluem em um processo onde os artefatos são moldados e materializados através da linguagem. Assim, à medida que o design se infiltra em níveis mais profundos dos projetos, ele traz consigo um novo tipo de atenção aos significados.

Nesse ambiente, o autor afirma que “o design gera um entendimento de segunda ordem da capacidade que os outros têm de projetar os seus próprios mundos” (KRIPPENDORFF, 2000, pg. 91).

À vista disso, pode-se depreender que o design é essencialmente coletivo, nunca tendo sido efetivado sem a cooperação de outras pessoas. Convergindo com este pensamento, Latour (2004) afirma que o design deve ser acompanhado por certa humildade e que, em seus projetos, não existe a ideia de “fundação”, mas sim de “construção”, a qual nunca começa do zero. Para ele: “fazer design é o antídoto para os atos de fundar, colonizar, estabelecer ou romper com o passado. É o antídoto para a arrogância e para a busca de certezas absolutas, começos absolutos e de desvios radicais” (LATOURE, 2004, pg. 8). Ou seja, os objetos de design jamais serão descontextualizados do seu aspecto político.

6.2.1 Design e Política

Em seu texto *Design para o sensível: política e ação social na contemporaneidade*, Mônica Moura discute o papel do design na atualidade e afirma que, diante de tantas problemáticas políticas e sociais que vêm afligindo o mundo e as pessoas, outros olhares e ações devem ser desenvolvidas no âmbito do design contemporâneo, pensando, por exemplo, em sua aplicação na sociedade por meio de ações, mudanças, colaboração e no exercício político da cidadania. Para a autora, os profissionais de todas as áreas inovadoras e criativas, como o design, a moda, a arte, a arquitetura, a educação, etc., precisam se conscientizar e se engajar para atuar em prol da sociedade, minimizando e trabalhando em soluções para as problemáticas sociais (MOURA, 2018).

É desse modo que Krippendorff define o design como “a defesa de uma causa” e afirma que “onde as pessoas falam sobre design, ele torna-se político” (2000, pg. 90). Assim é necessário que se perceba a natureza política do design e suas vinculações sociais com “não designers” de modo a encorajar os designers a

suspender seus julgamentos finais e a questionar seus próprios valores em virtude de um pensamento crítico que proponha uma construção coletiva, fortalecendo sua atuação profissional e política enquanto cidadãos.

Para Moura (2018), o design também não é um processo neutro e sem valor. Todas as escolhas projetuais refletem diretamente em escolhas políticas e deveriam assim fomentar os seguintes questionamentos: as condições de trabalho para sua produção, os materiais utilizados, os impactos no uso de recursos e reciclagem, os efeitos na esfera individual e na esfera pública (MARGOLIN, 2006, apud MOURA, 2018).

Seguindo essa mesma concepção, Krippendorff (2000) entende que o discurso do design é o tipo de fala a partir da qual se desenvolvem nossos futuros modos de vida dentro do mundo material de forma a ser compreendido como algo que é para e com as pessoas não designers. Essa condição torna cada vez mais necessário o desenvolvimento da sensibilidade para ouvir o outro, a empatia para se colocar no espaço incomum, do desconhecido, e a capacidade de exercer colaboração. Margolin (2005, apud MOURA, 2018) ressalta ainda que os designers devem olhar na direção dos “invisíveis”, de modo a atuar no sentido de entender e agir em temas e causas emergentes, desenvolvendo a capacidade de visão, posicionamento e ação política.

Desta maneira, o design deve aplicar seus princípios projetuais não apenas ao mundo material, mas também às suas próprias práticas, ao seu próprio discurso. Em outras palavras, “o design deve continuamente reprojeter o seu próprio discurso e ele próprio” (KRIPPENDORFF, 2000), na intenção de se desenvolver:

[...] uma linguagem, metodologias e práticas capazes de narrar possibilidades imaginadas, justificando propostas de mudança das práticas sociais, inspirando outros a levarem adiante suas ideias e permitindo que as virtudes do design sejam decididas pela sabedoria coletiva de seus stakeholders. O design precisa de um discurso que consiga questionar o que outros discursos dizem ser impossível. (KRIPPENDORFF, 2000, pg 97).

Refletindo sobre as possibilidades de se trabalhar os aspectos subjetivos das pessoas através do design, Moura (2018) discute ainda sobre o “design para o

sensível”, como sendo uma das vias que podem colaborar para a ação política e social dos designers, definindo o sensível como aquilo que:

[...] incorpora um conhecimento que vai além da percepção da realidade, remete aos estímulos e emoções e ao desenvolvimento das capacidades de receber sensações e de reagir aos seus estímulos, de julgamento ou avaliação de determinado campo, de compartilhar ou de se comover com emoções alheias. (MOURA, 2018, pg. 60)

A partir das reflexões do filósofo francês Jacques Rancière (2009, apud MOURA, 2018), o qual defende o ativismo social e questiona o mundo atual dominado por imagens, pode-se inferir que a política é essencialmente estética, assim como a arte, tendo ambas uma origem em comum no mundo do sensível. Nesse sentido, a estética é compreendida como modos de percepção e sensibilidade, através da qual indivíduos e grupos constroem o mundo em um processo de criação do novo, deslocando os dados do problema.

Através desse movimento, a ação desenvolvida por um designer possibilita o envolvimento e a interferência de um outro sujeito sobre esse algo desenvolvido. Essa ação de envolver o outro e de partilhar é uma ação política relacionada à observação de questões da sociedade e do sujeito social por meio de uma proposta de intervenção. É a partir dessa concepção que Moura (2018) percebe o trabalho e as experiências dos designers com o universo da estética e do sentir, de modo que seus projetos passem a ser aplicados em favor do ser humano em uma sociedade mais justa.

Assim faz-se importante fomentar um discurso de design capaz de criar o que desejamos que o design seja, de praticar o design, para projetá-lo de maneira que ele seja engajado na melhoria das práticas projetuais. O designer precisa ter a capacidade de reenquadrar concepções do presente de forma a fazer com que o imaginável pareça realizável e cada vez mais pessoas estejam envolvidas nos processos de criação (KRIPPENDORFF, 2000).

6.3 Design gráfico como ferramenta de transformação social

Dentre as funções do design gráfico, pode-se destacar a ação de traduzir e conceituar uma mensagem por meio de elementos visuais. Essa é uma função que, por vezes, pode se limitar ao objetivo de agregar valor a um produto ou marca, mas que não deve ser o único, nem mesmo o principal, foco. Aqui se discute o design gráfico cujo cerne não é o mercado, mas o resultado social trazido por ele, onde passa a ser utilizado como ferramenta de questionamento e mobilização, comprometido com a difusão de ideologias e busca de melhoria social (NEVES, 2011).

Trata-se de um design socialmente responsável que reflete sobre o comprometimento de seus atos profissionais e civis baseado em uma atividade consciente de seu papel social e de seu potencial de intervenção e transformação. De modo a compreender a conexão entre as atividades enquanto designer e os problemas do meio, o design se torna assim, de forma cada vez mais frequente, uma ferramenta de propagação para a reflexão por meio da linguagem, as quais objetivam questionar o discurso estabilizado hegemônico, provocando mudanças no cenário social, econômico e político.

Essa leitura pode soar contraditória ou demasiadamente complexa, pois, como afirma Neves (2011), alguns designers acham que questões envolvendo preocupações políticas ou sociais são estranhas ou inapropriadas à profissão. O pensamento desenvolvido neste trabalho diverge dessa colocação, e afirma: aqui encara-se o designer como um profissional e um cidadão ativo, interessado e participante da sociedade. Considerando isso, por que então não fomentar um design contestador e engajado, que possa ter seu potencial de tradução visual usado como ferramenta para comunicar propostas de melhorias sociais?

As décadas de 60 e 70 foram um período de grande contestação e de transformações políticas no mundo, fomentadas pela mudança social com o avanço do feminismo e das questões de gênero, como a liberdade sexual e igualdade étnica, a ecologia como bandeira política e as mudanças no eixo e no comportamento familiar (MIYASHIRO, 2011). Foi através do design gráfico que

muitos desses movimentos contestadores puderam difundir seus ideais e exigir mudanças concretas no âmbito social, através principalmente da confecção de cartazes e publicação de manifestos.

Como um desses movimentos que carregavam grande força ideológica em seu discurso, pode-se citar o *Atelier Populaire*, movimento construído por estudantes, artistas e trabalhadores que se posicionavam contra o governo do general De Gaulle em Paris, durante maio de 1968 (MIYASHIRO, 2011). O grupo produzia material contra a sociedade burguesa e a favor de uma arte e um design a serviço da sociedade. Eram cartazes e jornais de alta tiragem e baixo custo, distribuídos gratuitamente por toda a capital francesa. Para Neves (2011):

Com a combinação de imagens e slogans, os cartazes do Atelier tinham uma mensagem direta e provocativa, sendo criados e reproduzidos com o uso de estêncil, serigrafia e litografia com baixo custo de produção, quase sempre com apenas uma cor e tipos criados a mão (NEVES, 2011, p.56).

Figura 8: Parede do *Atelier Populaire*, em 1968



Fonte: Atelier Populaire

Figura 9: Cartazes produzidos no *Atelier Populaire*:
(esquerda) "A luta continua"; (direita), "Envenenamos você!", 1968



Fonte: Atelier Populaire

Figura 10: Outros cartazes produzidos no *Atelier Populaire*: (esquerda) “Capital”; (direita) “Educação Permanente”, 1968



Fonte: *Atelier Populaire*)

O *Atelier Populaire* foi um movimento de vanguarda que ainda hoje pode nos ensinar como trabalhar por uma consciência crítica em face da enorme diferença entre os centros de poder e as pessoas submetidas a esses poderes. Como afirma Bonsiepe (2008, apud NEVES, 2011), é preciso trazer à prática do design o foco também nos excluídos, nos discriminados e menos favorecidos. Trata-se de refletir sobre quais são, ou deveriam ser, as prioridades do design gráfico, de modo que se torne uma ferramenta benéfica a serviço das pessoas e não apenas um incentivador ao consumo.

Bonsiepe (2008, apud NEVES, 2011, p. 53) também afirma que “fazer design significa lidar com paradoxos e contradições”, o que gera a necessidade de se refletir, preferencialmente de maneira crítica, sobre as escolhas realizadas durante os processos de criação. Assim, a partir de Margolin (2006, p. 150, apud NEVES, 2011), pode-se levantar as seguintes questões: “Como os designers podem contribuir no discurso sobre a qualidade da experiência contemporânea, e o que eles podem fazer para tanto?”. Em outras palavras, como os designers podem melhorar as diferentes experiências de vida?

Afetado por esta reflexão, Neves (2011) conclui que os designers precisam repensar suas formas de conceber a comunicação visual para que estas não sejam efêmeras como são as da comunicação publicitária. É preciso ir além na busca por criar comunicações engajadas em uma reflexão crítica dos modos de viver em sociedade.

Percorrendo caminhos convergentes, Bonsiepe (2008, apud NEVES, 2011, p. 53) defende uma perspectiva “humanista”, onde se utiliza o design para interpretar as necessidades de grupos sociais e desenvolver propostas emancipatórias, que estimulem a independência de escolhas por meio da reflexão e interpretação. Trata-se de usar o design gráfico como ferramenta de mobilização social e melhoria para esta em longa duração; é ter consciência de seu papel na sociedade e da força que essa profissão possui.

6.4 O livro ilustrado

Seguindo por essa perspectiva “humanista” de Bonsiepe (2008), pode-se considerar os livros como importante meio para geração de reflexões de aspectos do âmbito social e pessoal, como as questões abordadas nesta pesquisa, as quais envolvem a adoção e os afetos implicados no processo.

Durante o percurso de evolução histórica dos livros infantis, é perceptível que a literatura ilustrada vem sendo um importante instrumento na formação humana. Em sua obra “Para ler o livro ilustrado”, Linden (2011) afirma que os livros que contém ilustrações contribuem com o desenvolvimento do sentido crítico dos leitores, os quais, a partir da força reflexiva das imagens, aprimoram a compreensão de inúmeras situações e sentimentos e apresentam-se como suportes para tratar temáticas diversas, como relacionamentos, memórias e afetos. Além disso, as ilustrações tornam a leitura mais instigante e acessível ao público infantil, mesmo o não alfabetizado.

A autora lembra ainda que o livro ilustrado não deve ser caracterizado unicamente pela interação de imagem e texto recorrentes em suas páginas. Deve-se considerar os outros diversos elementos que o constituem, desde os vínculos entre texto e imagem até a materialidade e o formato do suporte que os carrega, assim como a relação mútua de ambos. Linden afirma que:

A ideia é que o livro ilustrado transcende a questão da co-presença por uma necessária interação entre texto e imagem, que o sentido não é veiculado pela imagem e/ou pelo texto, e, sim, emerge a partir da mútua interação entre ambos. (LINDEN. 2011, p.86)

Assim, entende-se que o livro ilustrado é constituído não por seus elementos separados, mas pela junção articulada e harmônica de seus recursos. Soluções, como a exploração do universo sensorial também é uma alternativa de envolver e otimizar a apreensão do conteúdo pelas crianças entre 6 e 9 anos, assim como estimular sua interação com o livro. Em sua dissertação sobre a relação que se dá entre a criança e a literatura infantil contemporânea, Bier (2004) afirma que a busca por aprimorar tal vínculo "é um caminho aberto ao novo, às camadas profundas, irracionais, que apreendem, intuem, armazenam imagens, sensações e sentimentos" (BIER, 4, pg. 73).

Dentro dessa interação, entretanto, os elementos presentes no livro apresentam funções que podem ser exploradas de diversas formas, como seu formato, tipo de papel, disposição das páginas, cores, dentre outros. Diante dessas diferentes combinações, Linden (2011, pg. 25) apresenta algumas definições a partir de uma tipologia própria, na qual estabelece os conceitos que abordam a interação de texto, imagem e forma, classificando-os em:

- a) livros com ilustração: o texto sustenta a narrativa, sendo a imagem elemento auxiliar;
- b) primeiras leituras: situado entre o romance e os livros ilustrados, essa classificação dirige-se a leitores em processo. Apresenta narrativa curta e sequencial e imagens em sua maioria emolduradas junto do texto;

- c) livros ilustrados: a imagem é predominante em relação ao texto. A narrativa é articulada entre texto e imagem;
- d) livros pop-up: aqueles cujos artifícios em páginas duplas comportam a mobilidade de elementos que interagem em três dimensões;
- e) livros brinquedos: aqueles cujos elementos remetem tanto a brinquedos como ao livro.;
- f) livros interativos: cujos suportes comportam atividades diversas, como desenhos, adesivos etc.

Por meio dessa classificação, torna-se possível entender o livro como um instrumento rico em possibilidades e de diferentes alcances, podendo atender assim a distintos públicos. Nessa pesquisa, o artefato livro é percebido como uma possibilidade de se trabalhar assuntos que envolvem a história de vida da criança, não somente, mas especialmente aquelas que de alguma forma foram atravessadas pelo contexto de adoção e/ou acolhimento institucional.

Busca-se assim, trabalhar com as memórias e os afetos que a constituem e a acompanham pela vida, a partir de uma narrativa metafórica mas também lúdica, que leve a criança a pensar mais sobre si e seus percursos de vida. Com base nas definições construídas por Linden (2011), trata-se nesse projeto de um livro ilustrado e interativo, no qual se utiliza o recurso do pop-up e uma proposta de atividade, tendo como intuito uma ação reflexiva por parte da criança.

7. METODOLOGIA

Esta pesquisa científica possui metodologia de caráter qualitativo e exploratório, abordando a temática escolhida por meio de análises e interpretações subjetivas do pesquisador. Em seu primeiro momento, foi constituída por uma contextualização do assunto e uma síntese do cenário atual, seguida por uma revisão de literatura com autores consolidados na construção da fundamentação teórica. Desse modo, houve a aproximação de outras áreas ao debate com autores que abordam questões ligadas à Psicologia, Assistência Social e Direito.

O procedimento de pesquisa utilizado foi majoritariamente bibliográfico e documental, guiando-se por uma adaptação do método proposto pelo designer Bruno Munari (2008), em seu livro *Das coisas nascem coisas*, revisto por Cleo Freire (2018) e adaptado para esta pesquisa, dividido em três fases:

1. Fase inicial: compreende a definição do problema, justificativa, contextualização, objetivos e estudo transdisciplinar;
2. Fundamentação: envolve a organização do material teórico da fase inicial e estudo transdisciplinar relacionado ao design;
3. Análise: análise de similares.

Aprofundando-se na terceira fase, análise de similares, foram selecionados projetos que possuem características relacionadas às temáticas estudadas nesta pesquisa. Como afirma Munari (2008), os similares ajudam no projeto com indicativos para a solução adequada do problema, apresentando possíveis caminhos a serem seguidos. Assim compõem-se as diretrizes projetuais.

Com base nisso, procurou-se considerar dois critérios para a seleção dos projetos: o primeiro relacionado aos aspectos morfo-sintáticos (abrangendo visualidade, materialidade e processos gráficos – impressão, acabamento, etc); e o segundo acerca dos aspectos semânticos, abordando a análise dos sentidos propostos e suas relações com a temática. As análises serão qualitativas, sem o desejo de alcançar respostas objetivas, mas, sim, propor uma abordagem mais subjetiva que visa propiciar ampliação de repertório de referências. Nesse sentido,

buscou-se realizar a análise de trabalhos projetados para diferentes plataformas e produzidos por diferentes meios, enfatizando o caráter plural e transmidiático da pesquisa.

Com os critérios estabelecidos, os projetos foram selecionados a partir de pesquisas bibliográficas e pesquisas online, principalmente na plataforma de portfólios *Behance* da *Adobe*, um site mundial, de acesso livre a uma grande variedade de projetos de design e outras áreas afins que envolvem produtos visuais e produções de áudio.

Em um segundo momento da pesquisa, focalizando na execução do projeto, Munari (2008) propõe outras três etapas que sucedem a (1) fase inicial, a (2) fundamentação e a (3) análise. Entre a fase 3 e a fase 4, partindo de uma adaptação à pesquisa, foi inserida uma etapa de diálogo com profissionais da área:

4. Fase de diálogo: entrevistas;
5. Fase projetual: corresponde às etapas de geração de alternativas, pesquisa de materiais e experimentações. Trata-se de um momento destinado ao processo criativo, com base nas pesquisas e análises anteriormente realizadas;
6. Verificação: fase de testes (formato e linguagem visual) e avaliação das alternativas propostas;
7. Materialização: última fase da solução do problema, execução de acabamentos finais e implementação.

Especificamente na fase 4, de diálogo, trabalharei com o método da história oral, definida por Alberti (2003, apud SANTOS E BOUCINHA, 2011) como um:

[...] método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam (online).

Desse modo, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com três profissionais atuantes no contexto abordado nesta pesquisa, a fim de compreender

melhor suas experiências e os afetos envolvidos, dialogando assim com quem diretamente vive a complexa realidade das instituições de acolhimento. O desafio é o de ampliar as percepções sobre aquilo que se pesquisa, entendendo a narrativa como ferramenta analítica de práticas e políticas. Após esses momentos de escuta, a pesquisa segue para as três etapas restantes, focadas no desenvolvimento do projeto e na materialização.

Coube, portanto, a esse primeiro momento da pesquisa (TCD 1), a realização das etapas metodológicas de (1) fase inicial, (2) fundamentação e (3) análises. Estágios essenciais para a construção de uma forte base teórica do projeto, onde procurou-se intercomunicar autores de diferentes áreas que debatem as temáticas em questão, relacionando-as a uma reflexão crítica e contemporânea sobre a prática e o pensamento do design.

9. ANÁLISES DE SIMILARES

Como citado anteriormente, as análises foram realizadas com o objetivo de definir melhor as diretrizes projetuais para a execução do segundo momento da pesquisa. Desse modo e a partir dos critérios descritos, foram escolhidos trabalhos de design que abordam o aspecto do sensível, promovendo estímulos, emoções ou algum tipo de interação com o usuário. São projetos que não tratam da temática focal desta pesquisa mas que, de alguma forma, apresentam diferentes estratégias que podem ser posteriormente incorporadas, expandindo as possibilidades de criação na etapa de materialização da ideia.

Considera-se importante pontuar aqui a dificuldade na busca por uma variedade de projetos envolvendo a temática de adoção e acolhimento, já que praticamente todos os trabalhos encontrados tratavam-se de projetos editoriais de livros infantis de literatura. Então, diante disso e no intuito de encontrar projetos mais heterogêneos, utilizei nas buscas as seguintes palavras atreladas ao design: reflexivo, sensível, emoção, político e intervenção. Consegui assim, reunir 4 trabalhos de temáticas distintas, mas que incorporam em seus projetos modos semelhantes de encarar o design.

Assim, foram selecionados quatro projetos de design, de diferentes temas e com diferentes aplicações. O primeiro trata-se do projeto Fazendo minha história, do Instituto Fazendo História de São Paulo, através do qual, profissionais dos serviços de acolhimento institucional conversam com as crianças e adolescentes sobre suas histórias de vida e constroem uma relação a partir da mediação de leitura de livros ilustrados. A relação desses meninos e meninas com as histórias dos livros despertam conversas e criam recursos para que elaborem suas vivências. Além disso, é incentivada a construção de um álbum de histórias, uma espécie de diário gráfico, contendo relatos, depoimentos, fotos e desenhos que fazem parte de seus percursos. Este álbum pertence à criança ou adolescente e irá acompanhá-lo por onde for.

O segundo envolve cartazes criados pelo estúdio argentino de design *E/ Fantasma de Heredia* (2002-2014), formado por Anabella Salem e Gabriel Mateu, os quais se dedicam exclusivamente a projetos de cunho político, social e cultural, produzindo uma comunicação a partir de uma reflexão crítica, envolvendo temas como: educação, desenvolvimento social, ecologia, justiça, infância, gênero, pobreza, saúde, meio ambiente etc.

Já a terceira análise será sobre o trabalho “Gêmeos” (2019), uma tríade de experimentos editoriais em que a designer brasileira Larissa Ballaminut trabalha uma reflexão sobre si, propondo o exercício da auto percepção e da relação consigo e com sua irmã gêmea idêntica. Por último, foi analisado o projeto “A.dot” (2018), um aplicativo de celular que conecta crianças e adolescentes em condições de adoção com pretendentes habilitados no Cadastro Nacional de Adoção do Brasil. O projeto surge de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Paraná, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná e do Conselho de Supervisão dos Juízos da Infância e da Juventude (CONSIJ-PR), do Grupo de Apoio Adoção Consciente (GAACO) e da Agência Blablu.

PROJETO 1: Projeto Fazendo minha história, do Instituto Fazendo História (2016)

Figura 11: Crianças folheando seus álbuns de histórias (Fonte: Instituto Fazendo História, 2016)

ANÁLISE DO PROJETO 1

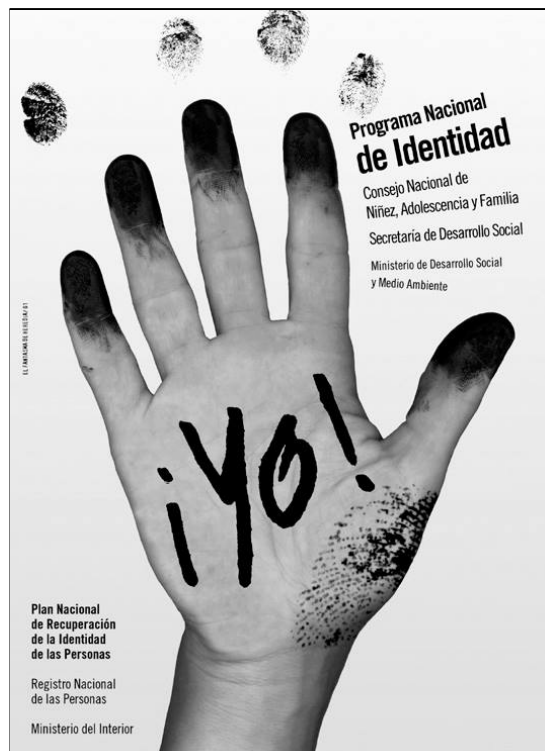
| ASPECTOS MORFO-SINTÁTICOS | ASPECTOS SEMÂNTICOS |
|---|--|
| <p>O projeto envolve, dentre outros objetivos, a construção de um álbum de histórias, uma espécie de diário gráfico, contendo relatos, depoimentos, fotos e desenhos que fazem parte de seus percursos, dentro e fora da instituição de acolhimento. Esse álbum inicia com um cabeçalho a ser preenchido com as informações da criança, e tem dimensão de uma A4 em orientação retrato, encadernado com espiral de plástico. Possui uma capa em papel kraft de alta gramatura, 160g, e miolo com folhas variadas dentro, mas também com alta gramatura, entre 80 e 100g, para suportar as fotos e outras colagens. Além disso, durante os encontros, os educadores utilizam inúmeros livros ilustrados que abordam temáticas importantes a serem trabalhadas com as crianças, como relações familiares, pobreza, situações de violência e outros sentimentos complexos de serem elaborados.</p> | <p>O projeto busca fazer com que crianças e adolescentes em acolhimento leiam mais, se reconheçam de alguma forma nas histórias e façam registros de sua vida. Através de propostas de atividades que envolvem textos, desenhos e fotos anexadas aos álbuns, pretende-se que as crianças reconheçam o valor de suas histórias e se apropriem de suas trajetórias, percebendo-a como um processo potente e transformador.</p> |

PROJETO 2: Cartazes do estúdio *El Fantasma de Heredia* (2002-2014)

1



2



3



4



Figura 12: Cartazes produzidos do estúdio *El Fantasma de Heredia* (Fonte: Facebook do estúdio *El Fantasma de Heredia* (https://www.facebook.com/elfantasmadeheredia/photos/?ref=page_internal))

Cartaz (1) “Basta!”; “Sem demanda não há prostituição infantil. Explorar sexualmente crianças e adolescentes é crime. O código penal penaliza cafetões e clientes.” (2002). Produzido para uma campanha do governo argentino contra a exploração sexual infantil.

Cartaz (2) “¡Yo!” produzido para uma campanha de resgate da identidade de pessoas no Programa Nacional de Identidade Nacional do Conselho da Criança e do Adolescente. (2012)

Cartazes (3) "Tente colocar seu pé no meu sapato" e (4) “Eu serei o seu espelho”. Produzidos em uma campanha pelo fim da violência contra as mulheres. (2014)

ANÁLISE DO PROJETO 2

| ASPECTOS MORFO-SINTÁTICOS | ASPECTOS SEMÂNTICOS |
|--|---|
| <p>Os cartazes acima foram solicitados pelo governo argentino e pensados para campanhas publicitárias de alto alcance, divulgados em espaços físicos e digitais. Todos possuem algumas informações oficiais da campanha ou do governo em fonte não serifada, exceto o cartaz (3), que utiliza uma fonte com serifa. Entretanto, esses blocos de textos mais sóbrios não têm muito destaque nos cartazes, dando-se maior ênfase a uma composição que envolve uma fotografia ou uma ilustração, a qual sofre intervenção de uma tipografia manuscrita. No cartaz (1) por exemplo, foi escrito “Basta” sobre a ilustração de uma garota, no lugar de seu pelos púbicos. A peça (3) também faz uso da ilustração, com traços semelhantes a da fonte manuscrita que foi aplicada. Os outros dois cartazes utilizam fotografias, e no cartaz (4), aplica-se uma texto espelhado, em referência à frase escrita sobre o rosto violentado de uma mulher.</p> | <p>Os quatro cartazes apresentam uma construção de cunho político e social, em um tom denunciativo, propondo uma reflexão crítica sobre os temas de violência sexual infantil, registro legal de crianças e adolescentes como um direito e violência contra a mulher. Como já foi dito, a composição utilizada nos cartazes envolve uma tipografia manuscrita que intervém sobre uma imagem ou ilustração. Esta construção promove uma ideia de participação social naquela peça, que pode suscitar nos espectadores um sentimento de envolvimento com a questão, de ser afetado por aquela situação, ao mesmo tempo que pode sobre ela intervir. Busca-se assim trabalhar o aspecto pessoal das problemáticas, enfatizando ao mesmo tempo, uma responsabilidade que deve ser coletiva.</p> |

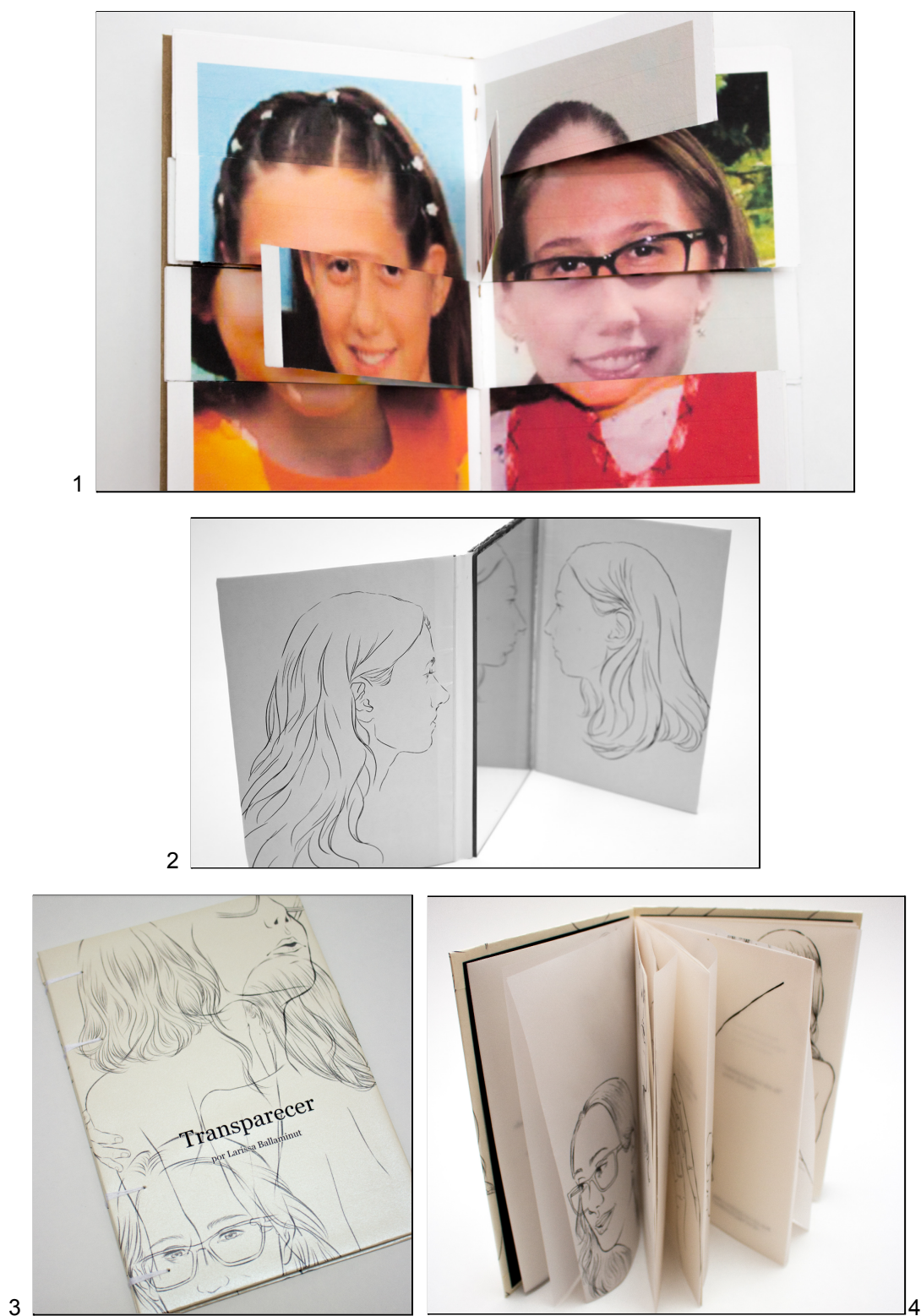
PROJETO 3: “Gêmeos”: livros experimentais de Larissa Ballaminut (2019)

Figura 13: Livros experimentais de Larissa Ballaminut. (Fonte: *Behance* da autora: <https://www.behance.net/gallery/89080481/Gemeos-srie-de-livros-experimentais>)

ANÁLISE DO PROJETO 3

| ASPECTOS MORFO-SINTÁTICOS | ASPECTOS SEMÂNTICOS |
|---|--|
| <p>Seu projeto “Gêmeos” consiste em 3 livros produzidos manualmente. Na imagem (1), Larissa Ballaminut trabalha com fotografias, suas e de sua irmã em diferentes idades, e as recorta em quatro partes iguais, que podem ser individualmente movidas e combinadas, construindo assim novas imagens, com outros olhos, outra boca e outro cabelo. No segundo livro, utiliza três folhas que formam um único elemento, com duas dobras. Nelas, trabalha com duas ilustrações e um espelho.</p> <p>O terceiro livro se aproxima mais de um livro convencional, em que a autora trabalha novamente com ilustrações e textos autorais.</p> <p>A autora utiliza papel paraná nas capas, revestido com papel opaline e <i>color plus</i> preto, ambos de 180g. No miolo utiliza papel avena e papel vegetal. A impressão é em <i>offset</i>, com intervenções feitas manualmente com nanquim. Os livros têm uma dimensão de 22 x 15,5 cm.</p> <p>O livro (1) foi encadernado por grampeação, o (2) utiliza apenas cola, e o livro 3, imagens (3) e (4) uma costura simples, unindo as folhas à lombada lateral.</p> | <p>A partir destes três livros experimentais, Larissa Ballaminut busca investigar suas semelhanças e diferenças, pensando sobre seu processo pessoal de construção de sua individualidade, a partir de suas vivências enquanto irmã gêmea.</p> <p>Trabalha assim, uma reflexão sobre sua singularidade, suas transformações em seu processo enquanto ser no mundo, não somente enquanto irmã, mas como filha, mulher e designer. Seu trabalho suscita o movimento de aproximação de si mesma, na direção de um auto cuidado, um olhar-para-si.</p> |

PROJETO 4: "A.dot", aplicativo de adoção (2018)

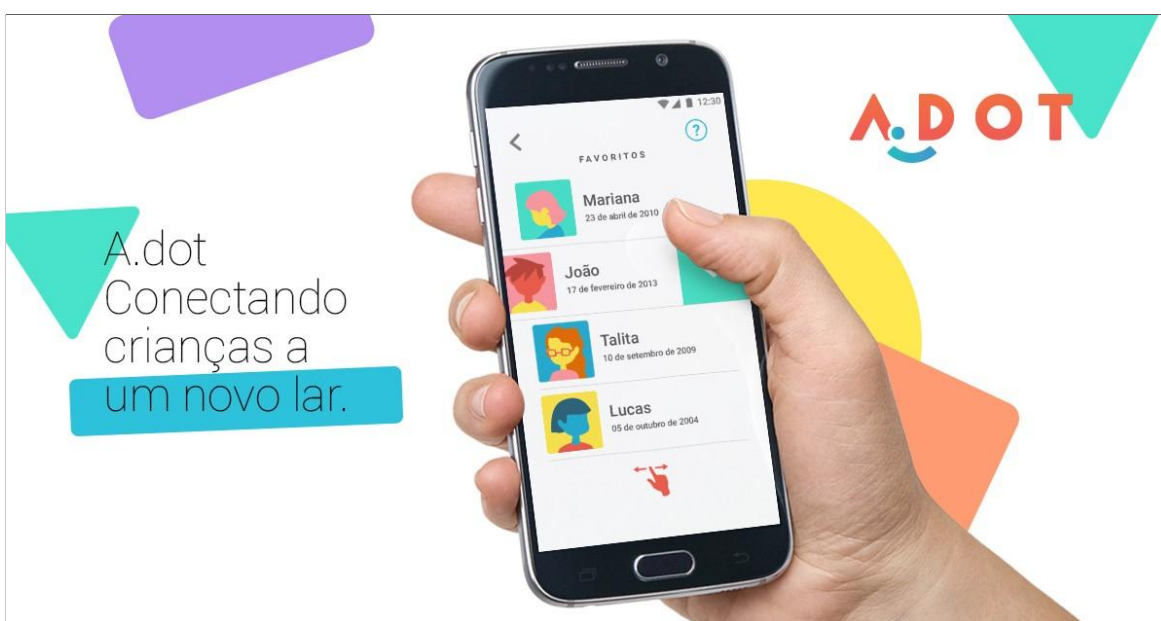
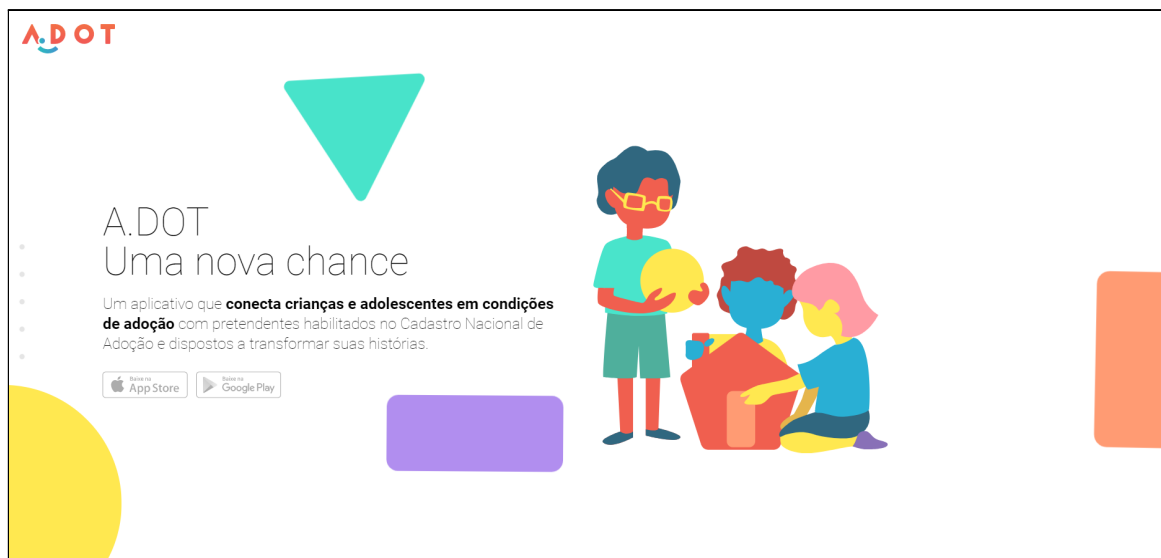


Figura 14: A.DOT, aplicativo que incentiva a adoção de crianças e adolescentes.
(Fonte: Divulgação/A.DOT)

ANÁLISE DO PROJETO 4

| ASPECTOS MORFO-SINTÁTICOS | ASPECTOS SEMÂNTICOS |
|--|--|
| <p>O projeto é construído a partir de um conceito lúdico, utilizando elementos geométricos de bordas arredondadas e uma alta variedade de cores vibrantes. Além disso, utiliza-se duas tipografias sem serifa e bem legíveis.</p> <p>Na marca do aplicativo, trabalha-se com a palavra “A.DOT”, relacionada ao símbolo digital de sorriso “:)”. A tipografia, como já dito, sem serifa, apresenta terminações arredondadas, assim como as formas geométricas. Trabalha-se ainda com ilustrações vetoriais, em um traço de caráter divertido, característico do universo infanto-juvenil.</p> <p>Sua interface é bem simples e intuitiva, onde se utiliza fotos das crianças e um sintético texto sobre sua história. Seguindo a mesma linguagem do aplicativo, o projeto conta também com um site, onde é feita uma explicação sobre como funciona o projeto e como você deve proceder para baixar e se cadastrar no aplicativo.</p> | <p>A principal funcionalidade do App A.DOT é fazer com que essas crianças e adolescentes não sejam apenas um número no Cadastro Nacional de Adoção e que tenham novas possibilidades, deixando de ser invisíveis através de fotos e vídeos. Desta forma, o app oferece a oportunidade delas se apresentarem e contarem um pouco de si à sua futura família, especialmente aquelas que não têm o perfil inicialmente escolhido pela maioria dos pretendentes a adotar. Assim, há uma melhoria e uma humanização tanto operacional do processo de adoção, como nos aspectos afetivos que envolvem essa complexa espera, por parte dos jovens e dos pretendentes. Isso aproxima e envolve mais as pessoas ao processo jurídico, gerando visibilidade para o problema.</p> |

Após as análises realizadas, foi possível ampliar o repertório de referências e compreender melhor as possibilidades de ações e estratégias que envolvem um design mais reflexivo e crítico, o qual se conecta aos aspectos do sensível e de questões envolvendo problemáticas sociais.

Apesar de não tratarem da mesma temática, os projetos em questão envolvem um caráter sensibilizador e informativo, como modo de gerar visibilidade para problemáticas. No trabalho “Empatia”, de Barbara Kruger, observa-se uma forte intenção de promover a interação em algum nível com a cidade e com quem a

ocupa, explorando os espaços públicos enquanto plataformas de comunicação com a sociedade. Assim como os cartazes do estúdio *El Fantasma de Heredia*, construídos com um forte sentimento crítico e provocativo, em uma intenção política de envolver os leitores das peças. Pode-se perceber essa preocupação social também no aplicativo “A.dot”, onde se desenvolveu uma plataforma grátis e acessível, com o intuito de dar maior visibilidade às questões de adoção. Já os livros experimentais de Larissa Ballaminut, podem ser considerados como um trabalho de cunho mais pessoal, porém também envolvem o ato de se refletir e indagar-se sobre questões que envolvem o ser e estar no mundo.

Após refletir sobre todos esses atributos sintáticos e semânticas, entende-se que as análises foram importantes para o estabelecimento das diretrizes projetuais, que serão apresentadas a seguir, no sentido de fornecer parâmetros para nortear a abordagem na etapa seguinte do trabalho e para definir os requisitos que deverão ser atendidos no decorrer do desenvolvimento do projeto.

9.1 Diretrizes projetuais

Por fim, com base nas análises e nas considerações finais da pesquisa, construiu-se a seguinte lista de diretrizes que nortearão o desenvolvimento do produto final deste trabalho em sua segunda etapa, entendendo que no projeto deve-se:

1. Desenvolver um livro ilustrado de conteúdo reflexivo, de modo a incentivar a criança a se conhecer e a falar mais sobre si e sobre sua história de vida, suas memórias e afetos.
2. Apresentar certa interatividade, com a criação de diálogos e proposição de atividades envolvendo desenhos e adesivos, junto a pop-ups.
3. Elaborar uma embalagem que ofereça espaço suficiente para guardar outros objetos além do livro principal, como fotos, desenhos, e outros objetos importantes para a criança.
4. Construir um projeto de conceito e estrutura coerentes com a proposta, trabalhando com o lúdico a partir de ilustrações.

10. DIÁLOGOS

Antes da construção do memorial descritivo, a segunda fase da presente pesquisa se iniciou por diálogos, onde foram realizadas entrevistas com três importantes atores envolvidos de alguma forma com a política de adoção e acolhimento de Fortaleza.

Nesses encontros, realizados online, foi possível conversar e perceber diferentes perspectivas sobre o assunto, trazendo por exemplo o olhar do setor judicial, a partir do Promotor de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Ceará, Dr. Dairton Costa. Em um segundo momento, buscou-se abordar o olhar de alguém que está na fila de pretendentes à adoção em Fortaleza, como é o caso do Designer Cauê Pascua. Por fim, realizou-se uma terceira entrevista com Bárbara Monte, Psicóloga, pesquisadora e professora de Psicologia, com experiência na Coordenação dos Serviços de Acolhimento do Estado do Ceará - STDS.

Comum a fala dos três entrevistados, está o fato de que é preciso dar maior importância à história de vida das crianças em acolhimento ou mesmo já adotadas. O Promotor Dairton Costa, por exemplo, falou sobre o ECA (1990) definir a criança e o adolescente como sujeitos de direito, devendo portanto, ser informados sobre os aspectos jurídicos do processo de adoção e ter acesso à própria história, de acordo com seu estágio de desenvolvimento. Como instituído nos artigos 47 e 48 do Estatuto:

Art. 47. § 8º: O processo relativo à adoção assim como outros a ele relacionados serão mantidos em arquivo, admitindo-se seu armazenamento em microfilme ou por outros meios, garantida a sua conservação para consulta a qualquer tempo. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009)

Parágrafo único. O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)

Além de apresentar como um direito, os entrevistados trataram o acesso à história de vida como um fator importante e necessário no desenvolvimento saudável da criança, fundamental para a construção de sua auto percepção e a compreensão de suas memórias e sentimentos, reconhecendo-se protagonista da própria história e de suas escolhas.

11. MEMORIAL DESCRITIVO

Neste capítulo serão abordadas as escolhas de projeto baseadas nas diretrizes estabelecidas após pesquisas e análises realizadas nas etapas anteriores, com intuito de desenvolver um projeto com coerência e consistência, valorizando os aspectos do sensível sob a perspectiva do olhar da criança. Assim, a partir dos temas abordados por Linden (2011) em “Para ler o livro ilustrado”, este memorial contempla o processo de concepção do livro “Os voos de Dani”, o que inclui: a narrativa, as ilustrações e as escolhas projetuais (formato, diagramação, cores e tipografia).

11.1 Problema de projeto

Tendo como direcionamento a resolução da questão-problema levantado pela pesquisa, compreende-se que o problema de projeto corresponde à criação de um livro infantil ilustrado que aborde, de forma metafórica, o processo de mudanças experienciadas na história de vida de uma criança, seus processos de adaptação e compreensão dessas transformações, muitas vezes delicadas e difíceis de serem encaradas sozinhas. Tal problemática envolve o desenvolvimento de ilustrações e do projeto gráfico do livro, os quais serão melhor descritos nos tópicos a seguir.

11.2 Desenvolvimento argumentativo

Como já afirmado anteriormente, a temática do livro envolve o empoderamento sobre a própria vida e seus processos de mudança, trabalhados a

partir do sentido de alguém que ao viver, carrega consigo histórias, constituídas por memórias, afetos e também por objetos. Esse sentido de “transportar as memórias” é simbolizado na história por um passarinho azul, Dani, que leva em suas viagens uma mochila laranja, repleta de objetos e sentimentos, que os acompanham em seus voos, às vezes leves, às vezes pesados, os quais se tornam cansativos.

A partir desse contexto, pretende-se criar uma analogia entre os objetos que o passarinho carrega com as memórias e afetos que a criança constrói em sua história de vida. Tendo como objetivo, a partir da colaboração dos pais durante a leitura, fazê-la refletir sobre que sentimentos ela leva consigo e, caso estejam muito pesados, o que é possível fazer para torná-los mais leves ou melhores de serem lidados. Trata-se de incentivar a criança a pensar e a falar sobre si, sobre suas percepções diante do seu percurso de vida, que é singularmente especial.

11.3 Rede Semântica

O processo de projetar prosseguiu na construção de uma rede semântica, desenvolvida após a releitura do conteúdo teórico da pesquisa, buscando ressaltar as temáticas mais abordadas e de maior importância para o projeto a ser realizado, mantendo a coerência com as diretrizes projetuais apresentadas anteriormente.



Figura 15: Rede semântica. Fonte: autor da pesquisa.

Com a rede, foi possível identificar melhor as relações que se deram a partir do termo “História de vida”, contribuindo assim com a construção das diretrizes projetuais e de uma nova busca por referências, agora mais focadas em livros infantis ilustrados, que apresentassem de algum modo os termos “marcas”, “sensível” e “intervenção”.

11.4 Mapa De Referências

Em seguida, foi elaborado o mapa de referências, a partir de pesquisas realizadas no site *Behance*, bem como em sites de diferentes editoras de livros infantis, o que serviu como base visual para o projeto e acabou por gerar uma lista de diretrizes gráficas mais específicas a serem seguidas:



Figura 16: Mapa de Referências. Fonte: Behance.

- ilustrações;
- manualismo dos traços;

- cores saturadas e bem iluminadas;
- colagem/recortes;
- formas geométricas simples;
- formato pequeno e quadrado (15x15cm) para fácil manuseio da criança.

11.5 Storyboard

O conteúdo do livro foi pensado a partir de uma colaboração entre o autor da pesquisa e a orientadora Camila Barros, com o acompanhamento contíguo das professoras Lia Alcântara e Alexia Brasil, através da disciplina optativa “Oficina de Ilustração”, onde se discutiu as possibilidades de traços e cores empregadas nas ilustrações, bem como a sua relação com texto e o público alvo. Além disso, estiveram presentes durante o processo as psicólogas Ana Beatriz Fontenelle e Bárbara Monte, como forma de lidar cuidadosamente com as dimensões afetivas da criança leitora.

11.5.1 Apresentação do personagem

O texto se inicia com a apresentação do único personagem da história, o passarinho azul Dani, o qual é apresentado em pleno voo, aproximando-se de longe com sua inseparável mochila laranja, com o seguinte texto:

(pgs. 6 e 7)

O que é? O que é? Um pontinho azul e laranja passando rápido no céu?

É Dani! Partindo para mais uma de suas viagens!

Sempre com sua mochila laranja.

11.5.2 Desenvolvimento da problemática

Em seguida, a história inicia o desenvolvimento de sua problemática, a qual gira em torno do peso que Dani carrega em sua mochila durante as viagens. O

pássaro então é apresentado em determinado momento fazendo voos altos, e em outro momento, voos mais baixos, por conta do cansaço que provoca a mochila.

(pgs. 8 e 9)

Dani começa sempre suas viagens no alto! Com voos bem livres!

(pgs. 10 e 11)

Mas em alguns momentos, sente sua mochila ficar pesada.

Dani começa então a voar mais baixo.

(pgs. 12 e 13)

Depois de horas voando, Dani fica muito cansado!

E decide parar.

Por conta do peso, Dani resolve parar em uma janela para descansar e em seguida, continuar sua viagem. Mas inesperadamente, Dani olha para a criança que está lendo o livro e se dá conta que ela está ali. A partir desse encontro, Dani inicia uma interação com a criança: pergunta seu nome e sua idade.

(pgs. 14 e 15)

Oi! Que legal encontrar você aqui!

Meu nome é Dani, e o seu?

Depois disso, o passarinho fala sobre sua viagem, o descanso que precisou dar e abre sua mochila para compartilhar com a criança o que carrega.

Estou viajando, mas precisei parar aqui na sua janela.

Levo muitas coisas na mochila. Você quer ver o que tem dentro?

(pgs. 16 e 17)

Levo tudo isso!

11.5.3 Clímax

Assim, Dani começa a pensar sobre o que carrega e de que modo poderia diminuir o peso da mochila para poder continuar sua viagem.

(pgs. 16 e 17)

São coisas demais!

Quero deixar minha mochila mais leve... Você me ajuda?

11.5.4 Resolução da problemática

Nas próximas páginas, a interação entre a criança e o pássaro acontece por meio de uma proposta de atividade com o seguinte enunciado:

(pgs. 18 e 19)

Por favor, me ajuda a escolher! Pinte só os objetos que eu vou levar na mochila!

Abaixo do comando será apresentada em uma dupla de páginas onde os objetos da mochila, antes apresentados de forma amontoada, estarão espalhados pelas folhas apenas com os contornos desenhados, sem seus preenchimentos de cores. Desse modo, a criança ajuda Dani a organizar melhor sua mochila, sendo de certa forma levada a se colocar no lugar do passarinho e a pensar sobre os objetos necessários em sua uma “viagem”.

11.5.5 Mensagem final

Após a atividade, chega-se ao fim da história, em que Dani agradece muito à criança e fala que precisará continuar seu percurso. Mas antes de alçar voo, pergunta para onde a criança pensa em ir em uma próxima viagem, e lembra que, sempre que a mochila estiver pesada, ela poderá parar para descansar e organizar melhor o que está carregando.

(pgs. 20 e 21)

Muito obrigado pela ajuda! Amei te conhecer!

Agora posso continuar minha viagem!

E não esqueça, sempre que for viajar ou fazer um passeio e se sentir cansado, você pode fazer como eu fiz.

Tentar descansar um pouco...

E lembrar que você pode sempre parar para organizar melhor a mochila, e até tirar algumas coisas dela.

Não deixe que o peso da mochila atrapalhe sua viagem!

Até mais!!

11.5.6 Momento de reflexão e Confeção de adesivos

Após o desfecho da história, é proposto um momento de reflexão, onde a criança é perguntada sobre que objetos são importantes para ela e quais normalmente leva consigo para os lugares que vai.

(pgs. 22 e 23)

E se você fosse viajar ou fazer um passeio, que coisas levaria na mochila?

São coisas leves ou pesadas?

Você também se cansa às vezes?

Depois das perguntas, existe uma página de adesivos em branco, apenas com um comando para a criança desenhar seus objetos e depois recortá-los.

(pgs. 24 e 25)

Criando adesivos!

Desenhe quais objetos você levaria na mochila e depois recorte com a ajuda de um adulto!

Cole na mochila ou onde preferir.

11.6 Rascunhos

Nos rascunhos, experimentei os objetos que estariam dentro da mochila e as inúmeras possibilidades de desenhar o passarinho Dani, explorando diferentes formatos de cabeças, bicos, olhos, junto aos diferentes traços e cores.





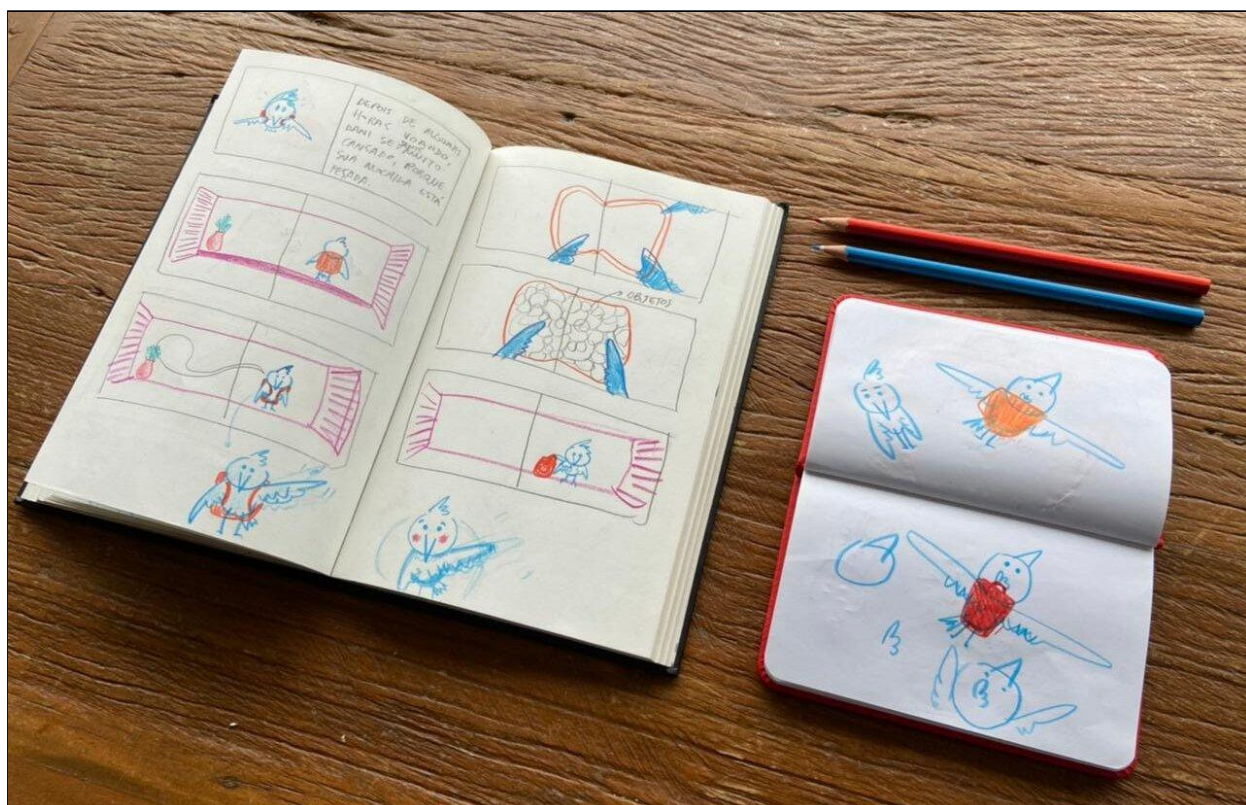
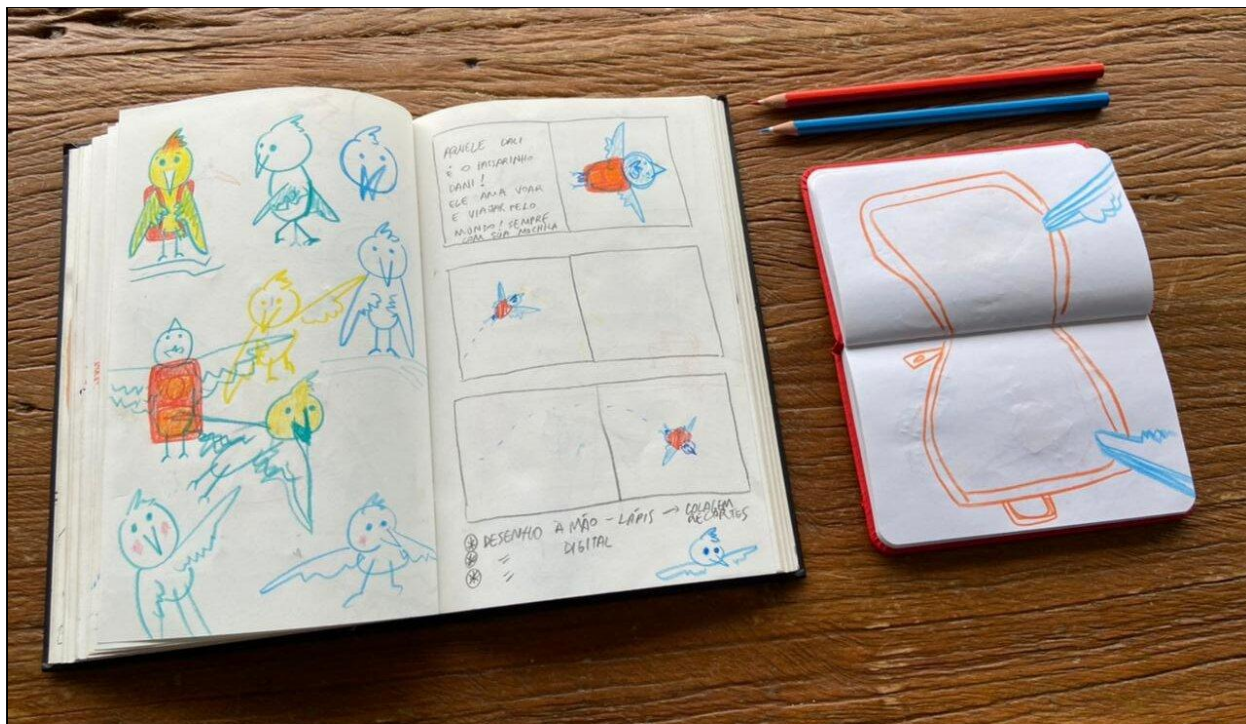


Figura 17: Rascunhos

Em seguida, trabalhei com protótipos de tamanho reduzido e também com as dimensões reais do livro (15x15 cm), experimentando as disposições das ilustrações, dos textos e dos pop-ups de interação.





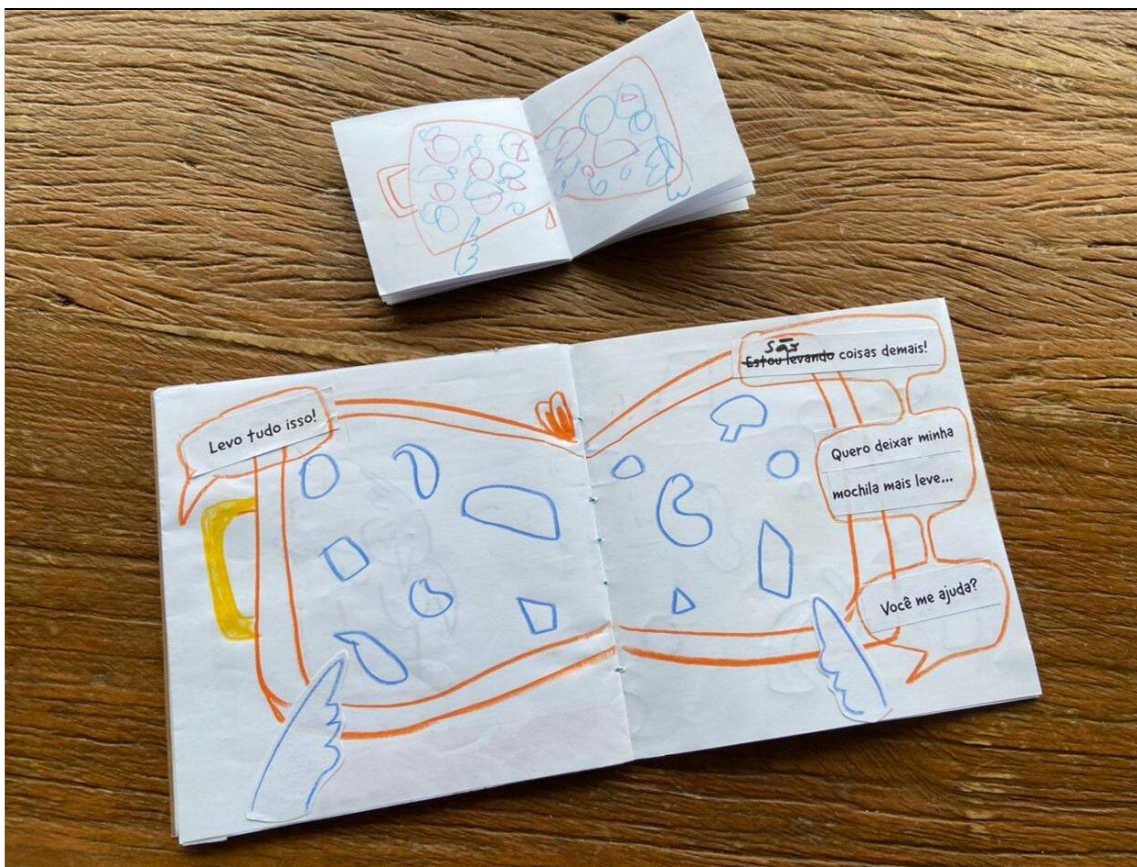


Figura 18: Protótipos de baixa qualidade

A partir dos protótipos foi possível experimentar e decidir sobre a quantidade total de páginas e as disposições dos textos e das ilustrações, assim como os momentos em que as páginas se ampliam e trazem um momento de interação com a criança leitora.

11.7 Formato, Diagramação e Impressão

Segundo Van der Linden (2011), é na dimensão do livro e em sua grande variedade de formatos onde se encontram as distintas possibilidades de organizar a mensagem desejada e a forma como será expressada, de acordo principalmente com a disposição da imagem e do texto.

No presente projeto, por se tratar de um livro direcionado a crianças de 6 a 9 anos, as dimensões estruturais devem ser relativas à proporção da mão da criança. Em seu livro “Para ler o livro ilustrado”, a autora afirma que essa dimensão é normalmente próxima de 10 cm. Decidiu-se então, trabalhar com um livro quadrado com 15 cm de cada lado, dimensão compatível ao tamanho da mão da criança e que, por se tratar de um quadrado, suas páginas duplas resultam em imagens bastante largas (LINDEN, 2011, pg. 53). Com isso, busca-se trabalhar com páginas imersivas, as quais promovem na criança uma sensação de se sentir fazendo parte da história contada.

Tratando-se de impressão, o livro foi pensado para ser concebido em risografia, usando como recurso estético as sobreposições de cores e os efeitos de imperfeição gerados no processo. Mas diante do contexto de pandemia no qual se encontra a pesquisa, construiu-se um protótipo de proporções reais no qual o personagem e os cenários foram criados com lápis de cor e papéis de diferentes cores e texturas.

Em relação ao acabamento, o livro terá uma lombada do tipo canoa e será encadernado manualmente, com costura de 1 segmento em linha azul, a cor do passarinho Dani, de modo a reforçar os aspectos lúdico e manual da produção, os quais se relacionam com o propósito da história criada.

11.8 Cores

Quanto à paleta empregada no livro, utiliza-se as cores complementares da risografia azul e laranja, para o personagem e sua mochila, e suas respectivas cores em diferentes opacidades para se obter outros tons nas paisagens e em outros elementos que surgem na história, como os objetos dentro da mochila.

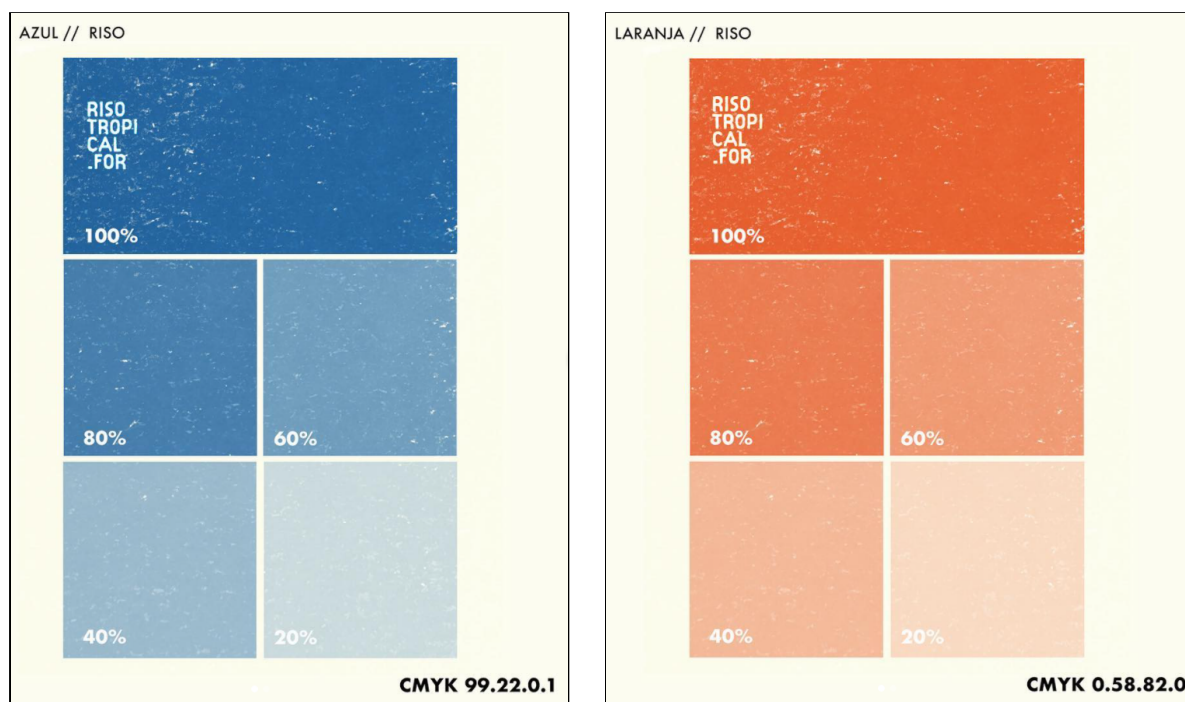


Figura 19: Cores da impressão em risografia. Fonte: Litoral Press.

Para o pássaro, foi escolhida a matiz azul com baixa saturação, para passar um sentimento de tranquilidade, receptividade e empatia, o qual se complementa com o laranja da mochila em maior opacidade, uma cor que transmite mais energia e alegria. O conteúdo textual será apresentado todo na cor preta. No protótipo final, as diferentes tonalidades de azul de laranja foram trabalhadas com lápis de cor e caneta posca, simulando as diferentes opacidades e o efeito de sobreposição alcançado com a impressão em risografia.



Figura 20: Cores utilizadas nos protótipos. Fonte: Litoral Press.

11.9 Tipografias

Em seus estudos sobre a criança leitora e a inteligência linguística, Bier (2004) desenvolve a discussão acerca da influência da faixa etária no processo de apreensão linguística. A partir dos seis-sete anos, fase da aprendizagem da leitura, a criança já reconhece com facilidade os signos do alfabeto e reconhece a formação das sílabas. Início do processo de socialização e de racionalização da realidade.

Nessa fase a presença do adulto faz-se ainda necessária em alguns momentos, principalmente para decodificar os sinais gráficos e levá-la a descobrir que ela pode, sozinha, se comunicar com o mundo da escrita. Em torno dos oito-nove anos, fase em que a criança já domina com facilidade o mecanismo da leitura, aumenta o interesse pelo conhecimento das coisas. Seu pensamento lógico organiza-se em formas concretas que permitem as operações mentais. Há atração pelos desafios e pelos questionamentos de toda natureza. (BIER. 2004, p.66)

Desse modo, foram feitos múltiplos testes tipográficos até a configuração atual ter sido alcançada. Desde o início, colocou-se a necessidade de uma tipografia que apresentasse certa diferença entre seus caracteres e traços mais manuscritos,

de modo a conferir um caráter mais humano à publicação. Além disso, buscou-se também por tipografias que carregassem um caráter divertido, com o objetivo de criar uma relação lúdica e de identificação com a criança leitora.

Desse modo, seguindo as especificidades do projeto e da faixa etária determinada, escolheu-se a fonte “KG Inimitable Original” para o título do livro, uma tipografia criada por Kimberly Geswein (2017), sem serifa e com um peso que promove um bom contraste com o papel. Além disso, apresenta variações em seus caracteres e terminações arredondadas, o que propicia uma sensação de espontaneidade e divertimento, própria da infância.

● KGInimitable Original TTF 1

The quick brown fox jumps over the lazy dog.



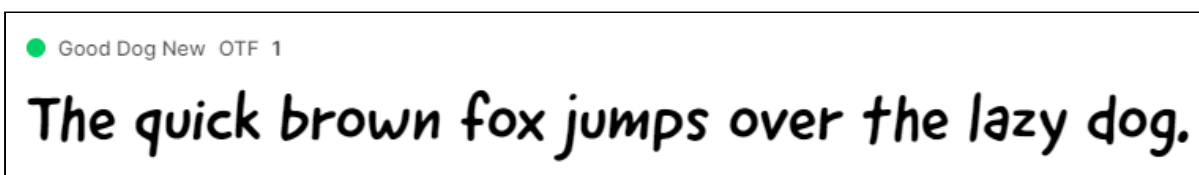
Figura 21: Fonte KG Inimitable Original

Para a maior parte dos textos da história, aqueles apresentados por um narrador-observador, optou-se pela “Arlette”, desenvolvida por Ferran Milan e Pilar Cano (2018). Trata-se de uma fonte sem serifa e que apresenta curvas em seus caracteres, os quais são bem diferenciados entre si, questão importante para se ter uma boa legibilidade das frases.



Figura 22: Fonte Arlette

Por fim, foi escolhida a fonte “GoodDog New”, projetada por Ethan Dunham (2008), para as falas do passarinho Dani à criança, de modo a diferenciar essas partes dos trechos apresentados pelo narrador. Trata-se de uma fonte também sem serifa, mas que apresenta um estilo de traço manuscrito, o qual propicia um caráter mais pessoal e natural para o diálogo criado nas páginas.



Ela é laranja e possui alças, podendo também ser usada como uma mochila, como faz o passarinho Dani em sua história.

Abaixo, são apresentadas imagens da caixa e do protótipo final do livro.



Figura 24: Embalagem Mochila

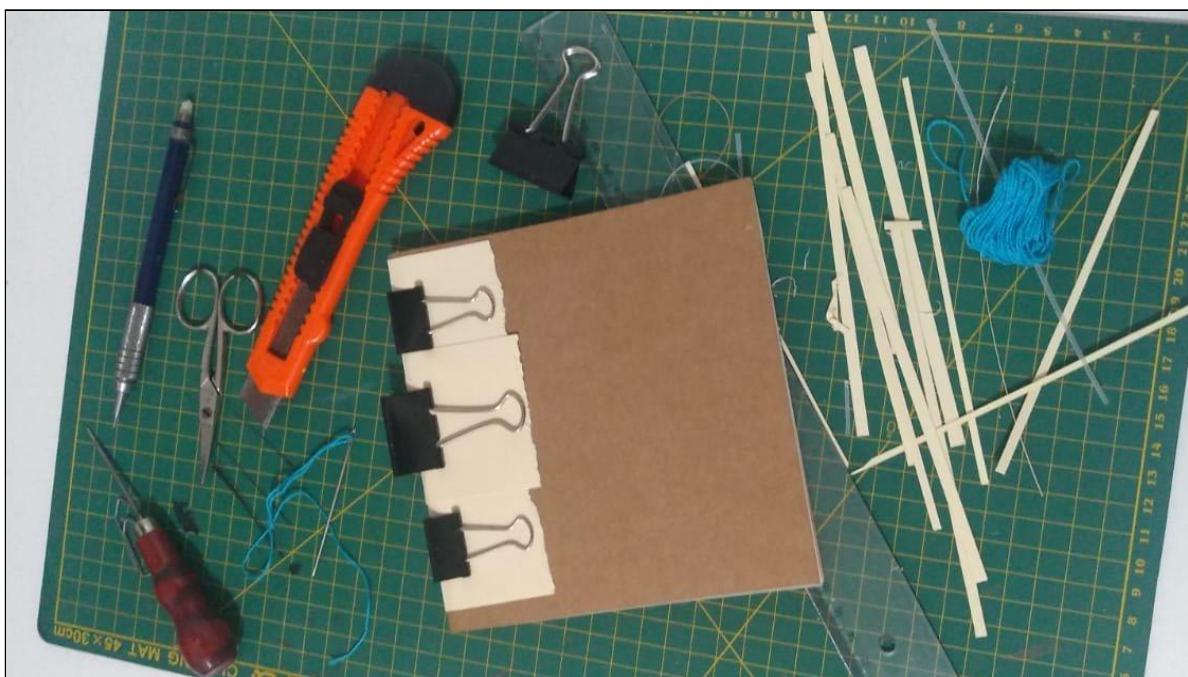
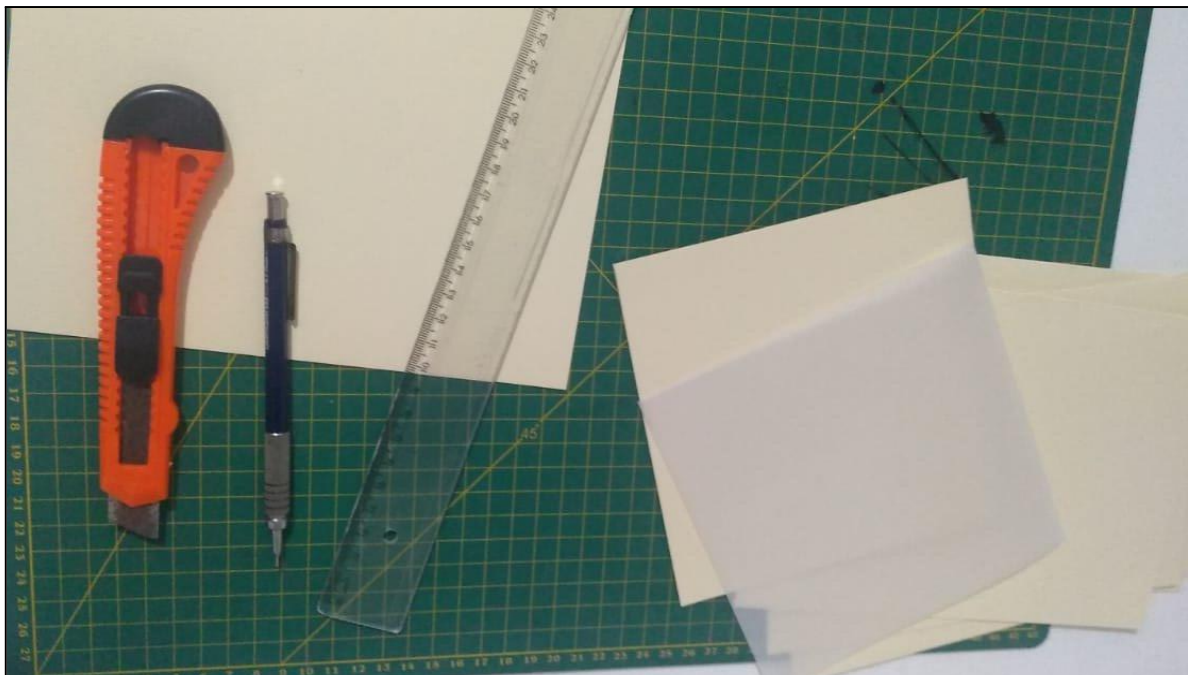
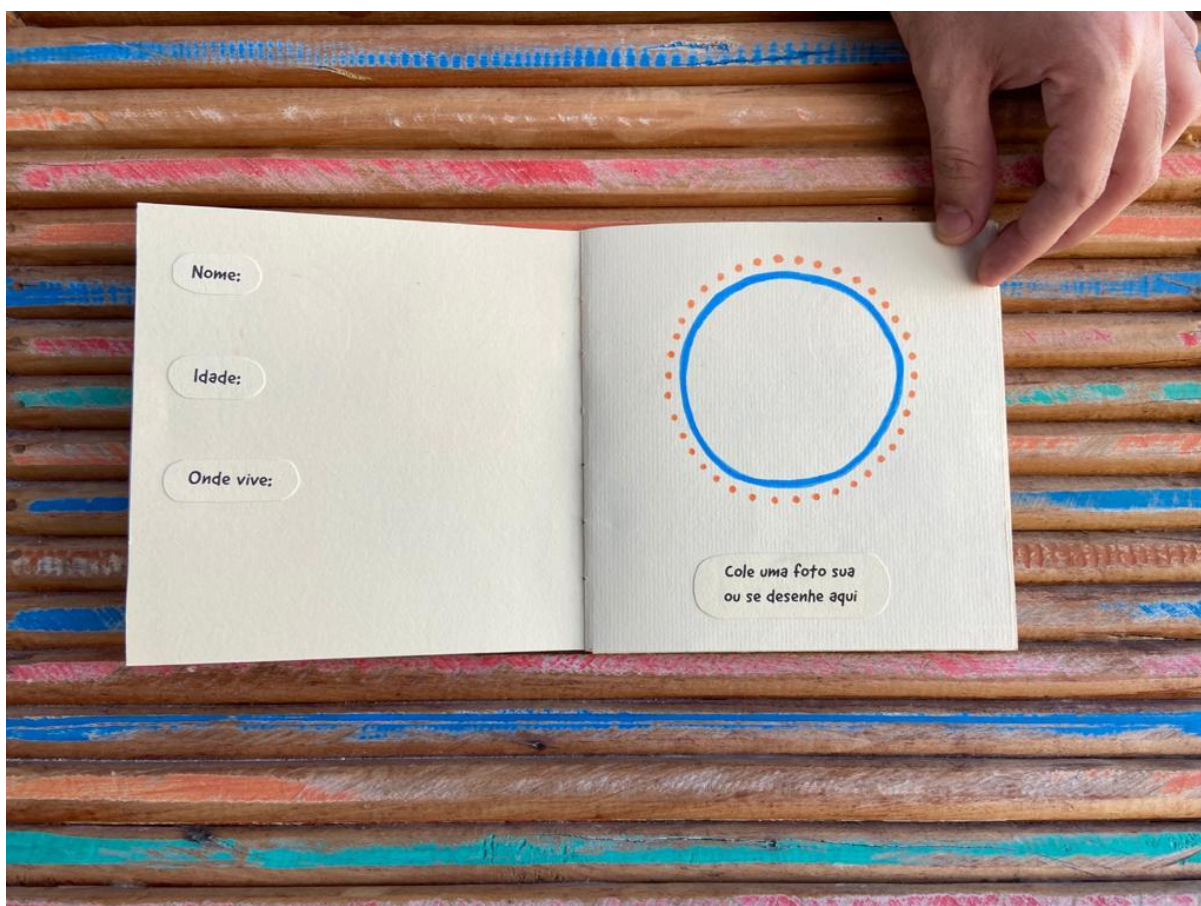


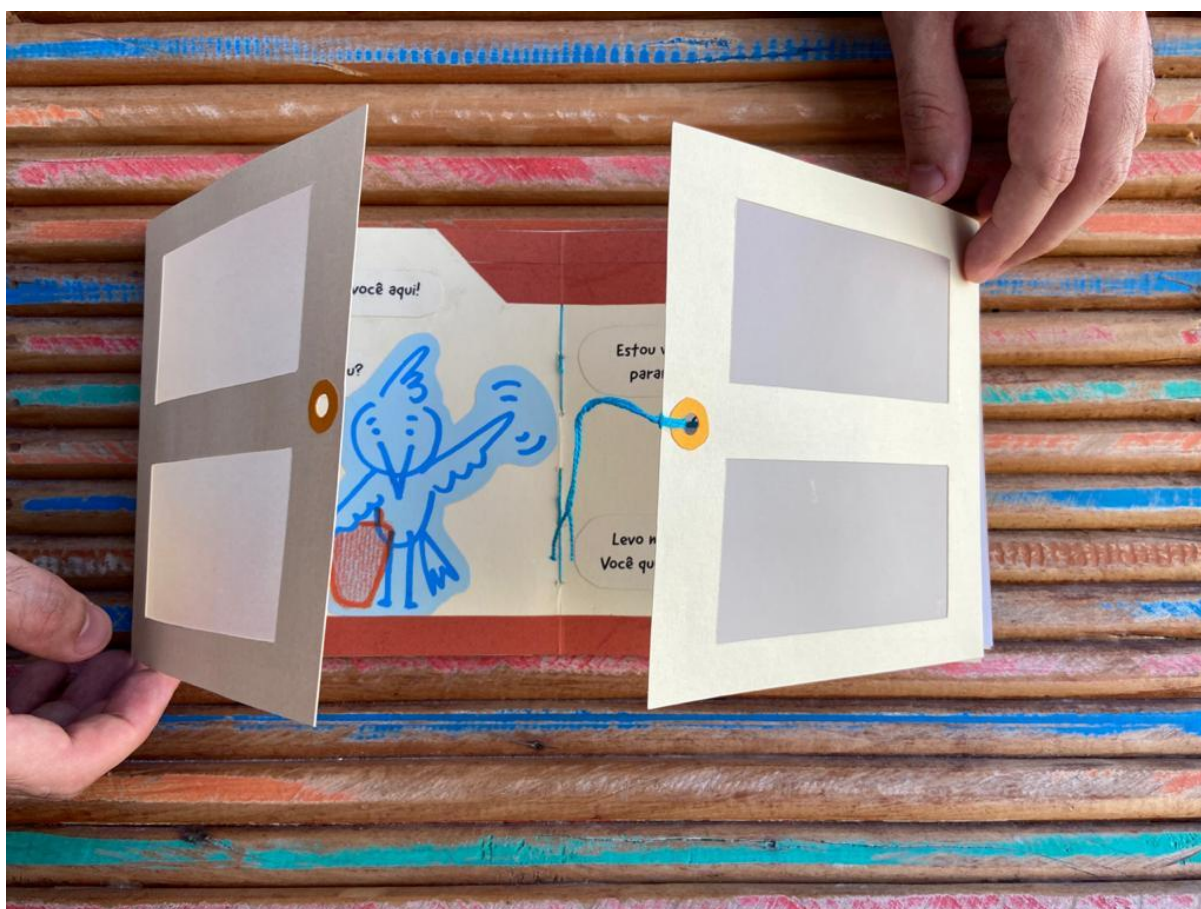
Figura 25:Montagem do Protótipo final

















Livro impresso em papel
vergê, nas fontes:
KG Inimitable Original;
Arlotte e GoodDog New.

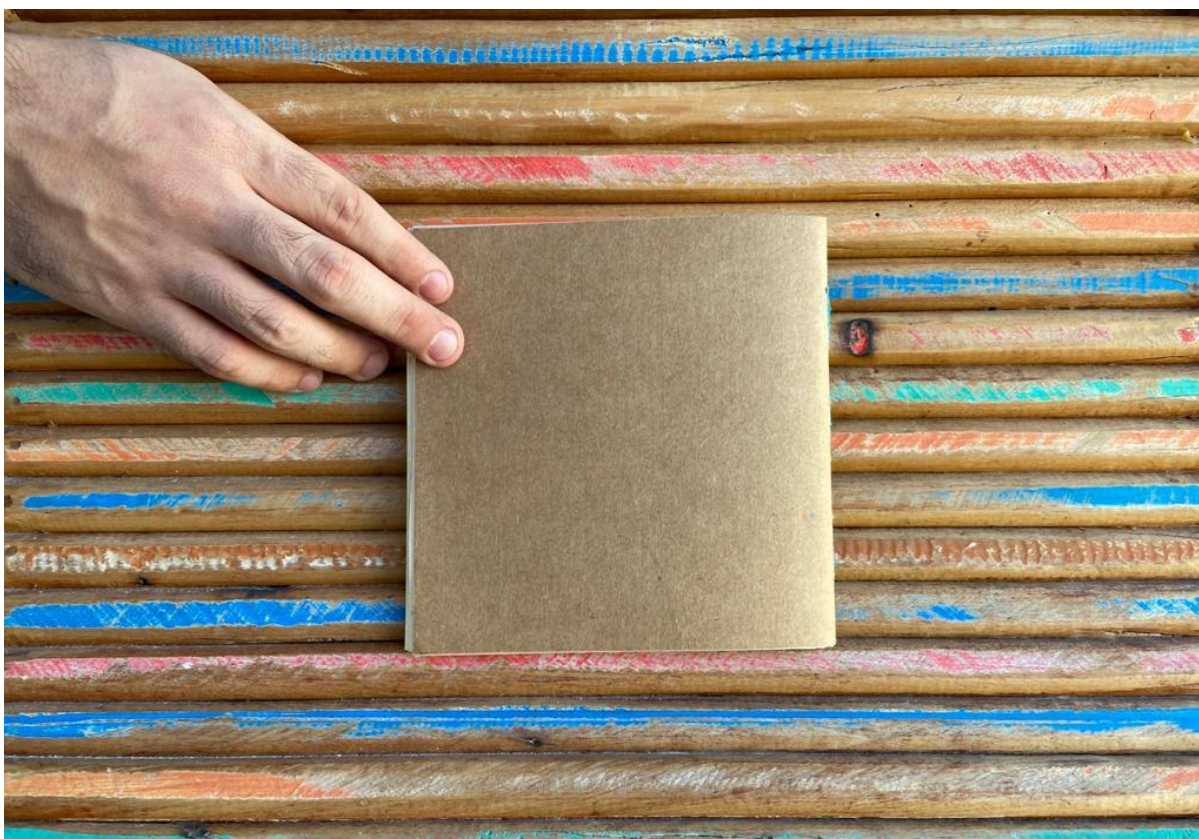


Figura 26:Protótipo final

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as discussões apresentadas anteriormente nesta pesquisa, entende-se que o design pode se relacionar em diferentes níveis na construção de ações e estratégias que visam buscar soluções e possibilidades de atuação frente às questões da sociedade, incluindo nisso o trabalho envolvendo problemáticas de crianças e adolescentes em processo de adoção.

Desse modo, conclui-se que não é apenas possível, mas bastante desejável que os designers fortaleçam um movimento por um trabalho mais reflexivo, com modos de projetar onde se assuma um posicionamento crítico enquanto cidadão, pensando seus projetos de modo coletivo, com o intuito de melhorar a qualidade de vida não apenas de um indivíduo que tenha pagado por aquele projeto, mas de toda a sociedade.

Para se construir boas análises críticas e argumentos embasados, a pesquisa percorreu suas etapas guiada pelos objetivos estabelecidos, iniciando pelo estudo do contexto de adoção e acolhimento do país, com foco no cenário do Ceará, para em seguida, analisar suas problemáticas. Além disso, abordou-se debates sobre relatos de jovens e profissionais que vivenciam ou passaram pelas instituições de acolhimento. Posteriormente, foi discutido o caráter discursivo da prática do design e seu potencial de atuação enquanto agente político, enfatizando o design gráfico como ferramenta de transformação social. Compreendendo o papel social do design e a sua dimensão política, entende-se que o design pode ser um agente potente em processos de discussão de ideias, sensibilização da população em relação a questões políticas de transformação social.

A partir das considerações realizadas, a pesquisa passou para uma segunda fase de desenvolvimento projetual, seguindo as diretrizes que foram elencadas a partir da análise de similares. Com base no cronograma construído sobre uma adaptação da metodologia projetual de Munari (2008), esse segundo momento iniciou por uma etapa de diálogo através de entrevistas, com as quais se buscou confirmar e fortalecer as reflexões elaboradas anteriormente. Em seguida, deu-se início ao processo criativo e de experimentações, os quais passaram por testes e

avaliações, até sua finalização com a materialização da proposta: um livro infantil ilustrado que incentive o empoderamento de crianças que viveram no contexto de adoção e/ou acolhimento institucional, de modo a incentivá-las a pensar e a falar sobre si e sobre sua história de vida.

13. REFERÊNCIAS

ARPINI, D. M. **Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes**. Psicologia: ciência e profissão, 23(1), 70-75. (2003, março).

BIER, Marilena Loss. **A criança e a recepção da literatura infantil contemporânea: Uma leitura de Ziraldo**. 2004. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2004.

BRAGA, Marcos da Costa. **O papel social do design gráfico: história, conceitos & atuação profissional**. (Org.). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

BRASIL **Código de Menores**. Decreto N. 17.943 A – de 12 de outubro de 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em: 2 mar. 2020

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Brasília: CNJ, 2020

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8.069/90 de 13.07.1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 2 mar. 2020

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CARDOSO, Rafael. **Uma introdução à história do design**. São Paulo: Blucher, 2008.

CASARINI, P.C.; FARIAS P.L. **Didactica – Tipografia para livros didáticos infantis**. Infodesign - Revista Brasileira de Design da Informação, v. 5, n. 2, p. 63-71, 2008.

GULASSA, Maria Lúcia Carr Ribeiro. **Novos rumos do acolhimento institucional**. Disponível em:
<<http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20do%20acolhimento.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Design centrado no ser humano: uma necessidade cultural**. In: Estudos em Design. v.8, n.3 (maio), 2000. Rio de Janeiro: Associação de Ensino de Design do Brasil. p. 87-98.

LINDEN, Sophie Van der. **Para ler o livro ilustrado**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. Tradução de Dorothée de Bruchard

MARIN, I. da S. K. (1998). **Instituições e Violência – Violência nas Instituições**. In: Levisky, David L. Adolescência pelos caminhos da Violência. São Paulo: Casa do Psicólogo.

MIYASHIRO, Rafael Tadashi. **Com design, além do design: os dois lados de um design gráfico com preocupações sociais**. In: BRAGA, Marcos Cobra (Org.). O papel social do design gráfico: história, conceitos & atuação. São Paulo: Senac, 2011, p. 65-85.

MOURA, Mônica Cristina. **Design para o sensível: política e ação social na contemporaneidade**. In: Revista ENSINAR MODE, v.2, n.2 (junho-setembro), 2018. Florianópolis. p. 44-67.

MUNARI, Bruno. **Das coisas nascem coisas**. Martins Fontes, São Paulo, 2. ed, 2008.

NEVES, Flávia de Barros. **Contestação gráfica: engajamento político-social por meio do design gráfico**. In: BRAGA, Marcos Cobra (Org.). O papel social do design gráfico: história, conceitos & atuação. São Paulo: Senac, 2011, p. 45-66.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Famílias possíveis: novos paradigmas na convivência familiar**. In: - PEREIRA, Rodrigo da Cunha. (coord.). Afeto, Ética, Família e o Novo Código Civil, Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p.633 – 656.

SANTOS, Ana Maria Augusta dos. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudanças na história brasileira**. Disponível em:
<<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/ACOLHIMENTO%20INSTITUCIONA>

L%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20E%20ADOLESCENTES%20MUDAN%C3%87AS%20NA%20HIST%C3%93RIA%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2017.

SANTOS, Nair Iracema Silveira dos; BOUCINHA, Irene Antunes. **A experiência de morar em abrigos**. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Juiz de fora, v. 4, n. 1, p. 36-49, jun. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-8220201100010005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SILVA, Enid Rocha Andrade (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília, IPEA / CONANDA, 2004.

SILVA, R. da. **Os Filhos do Governo**. São Paulo: Ática, 1997.

VIEGAS, Simone Soares. **A Política de Atendimento a Crianças e Adolescentes em Abrigos de Belo Horizonte: história, organização e atores envolvidos**. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2007.